

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SUELE APARECIDA LEITE DE SOUSA

AUTORIDADE DOCENTE E INDISCIPLINA ESCOLAR

CÁCERES-MT

2021.

SUELE APARECIDA LEITE DE SOUSA

AUTORIDADE DOCENTE E INDISCIPLINA ESCOLAR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Professora Dr^a Maria do Horto Salles Tiellet

CÁCERES-MT

2021.

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S725a Sousa, Suele Aparecida Leite de.

Autoridade docente e indisciplina escolar / Suele Aparecida Leite de Sousa. – Cáceres, 2021.

102 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientadora: Dra. Maria do Horto Salles Tiellet.

1. Autoridade Docente. 2. Indisciplina Escolar. 3. Relação Professor-Aluno. 4. Prática Pedagógica. I. Tiellet, M. do H. S., Dra.
II. Título.

CDU 37-051:37.064.2

SUELE APARECIDA LEITE DE SOUSA

AUTORIDADE DOCENTE E INDISCIPLINA ESCOLAR

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Maria do Horto Salles Tiellet
(Orientadora – PPGEduc/UNEMAT)

Dr. Ademar de Lima Carvalho
(Membro Externo – PPGEduc/UFR)

Dr^a. Ângela Rita Christofolo de Mello.
(Membro Interno – PPGEduc/UNEMAT)

APROVADA EM: 06/04/2021.

Ào meu esposo, Valdirzi Cezbalho de Sousa, pelo amor, carinho e companheirismo, que sempre esteve do meu lado e em momento algum mediu esforços para que este sonho fosse concretizado, incentivando-me quando me sentia desanimada.

À minha mãe e ao meu pai que, em todos os instantes da minha vida, sempre estiveram ao meu lado para me ajudar e dar carinho nas horas difíceis da minha vida.

À minha filha Isabella, que enche a minha vida de alegria, pela sua compreensão nos momentos em que eu não pude estar presente.

Agradeço a Deus, que me deu sabedoria e força para conseguir enfrentar todos os obstáculos que encontrei ao longo dessa caminhada acadêmica.

A minha orientadora Profª. Dra. Maria do Horto Sales Tiellet, que me recebeu no Programa de Pós-Graduação, pela sua paciência, compreensão, sua dedicação, por acreditar em mim, me incentivando nessa jornada, não medindo esforços para que essa dissertação pudesse ser concretizada.

A todos os colegas da minha turma de Mestrado em Educação que compartilharam com cumplicidade muitos momentos de alegrias, aprendizados e descontrações.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda de novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas próprias mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para tarefa de renovar um mundo comum (Hanna Arendt, 2011).

RESUMO

Na presente pesquisa tem-se o objetivo de compreender de que forma se constrói a relação entre a autoridade docente e a indisciplina escolar, pois a sociedade vive em constantes transformações sociais, políticas, tecnológicas e culturais que não desafiam apenas a gestão das instituições de ensino, mas atingem a função, o papel do docente e a organização do trabalho pedagógico, especialmente no aspecto relacionado à autoridade docente. Partindo-se do pressuposto de que o professor é um mediador, e em sua prática educativa precisa utilizar métodos que proporcionem vez e voz aos estudantes, ele exerce papel essencial no processo de ensino e aprendizagem. O lócus do estudo foi uma escola do município de Cáceres-MT, denominada, aqui, de Escola Estadual Flor de Liz, e os sujeitos foram seis professores efetivos de turmas dos anos finais do Ensino Fundamental — do 6º ao 9º ano. Na pesquisa, de abordagem qualitativa, a estratégia de investigação foi o Estudo de Caso. Os instrumentos para a coleta de dados foram: fontes documentais, especialmente o Caderno de Ocorrências, o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico da escola e a entrevista estruturada. Para a análise dos dados adotou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, e a fundamentação teórica respaldou-se em: Arendt (2011), Aquino (1998), Parrat-Dayan (2008), entre outros. Os dados obtidos nas entrevistas revelaram que a indisciplina atrapalha muito o andamento das aulas, e exercer a autoridade docente se torna um desafio, e em muitas situações os professores utilizam ações autoritárias diante do comportamento dos estudantes. Das seis respostas obtidas, quatro professores consideraram indisciplina escolar as conversas paralelas. Na resposta dos entrevistados sobre a dinâmica da indisciplina destacam-se a adaptação e a inquietação do corpo, do pensamento. Questionados se a autoridade docente é premissa para enfrentar a indisciplina escolar, todos os professores responderam sim, e citaram habilidades que devem ter para a construção dessa autoridade docente: confiança, equilíbrio emocional/diálogo, definição de regras e persuasão. Conclui-se que, para o bom funcionamento das aulas, é essencial que os professores saibam estabelecer limites e valorize a disciplina. Para tanto, é necessária a presença de uma autoridade saudável. Se o professor puser em prática uma autoridade coerente com seus princípios, sem ser autoritário, conseguirá transformar um ambiente de conflitos em um ambiente organizado, de boa relação, através do diálogo, da compreensão e da empatia.

Palavras-chave: Autoridade Docente, Indisciplina Escolar, Relação Professor-Aluno, Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The present research has the objective of understanding how the relation between the teaching authority and the school indiscipline is constructed because the society undergoes constant social, political, technological, and cultural transformations that challenge not only the management of the teaching institutions, but they also hit the teacher's function, that is, his role, and the organization of the pedagogical work, especially the aspect related to the teaching authority. Based on the assumption that the teacher is a mediator and that in his educational practice he needs to utilize methods that foster the students' turn and voice, he plays an essential role in the teaching and learning process. The locus of the study was a school from the municipality of Cáceres-MT, named herein State School *Flor de Liz*, and the subjects were six teachers effective in classes of the final years of the Fundamental Level – from the 6th to the 9th grade. In this research of qualitative approach, the investigation strategy was the Case Study. The instruments for the collection of data comprised documental sources, especially the Book of Occurrences, the School Regiment, the Political and Pedagogical Project of the school, and the structured interview. For the analysis of the data, it has been applied the Content Analysis by Laurence Bardin and the theoretical foundation was based on Arendt (2011), Aquino (1998), Parrat-Dayan (2008), among others. The data derived from the interviews evidenced that indiscipline hinders the development of the classes so that the exercise of the teaching authority becomes a challenge and in many contexts the teachers utilize authoritarian actions before the behavior of the students. Out of the six answers received, four teachers considered parallel chats school indiscipline. The interviewees' answers about the indiscipline dynamics highlight the adaptation and the restlessness of the body and thought. When questioned if the teaching authority is a premise to face the school indiscipline, all the teachers confirmed it and mentioned the skills needed to construct such teaching authority, i. e., trust, emotional balance and dialogue, definition of rules and persuasion. Regarding the good development of the classes, the conclusion reports that it is crucial that the teachers establish limits and value the discipline. For such purpose, it is needed the presence of a healthy authority. The teacher who implements an authority that is coherent with his principles without being authoritarian will succeed to transform a conflicting environment into an organized setting of good relations through dialogue, understanding and empathy.

Keywords: Teaching Authority, School Indiscipline, Teacher-Student Relation, Pedagogical Practice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD- Biblioteca Digital de Teses e Dissertação.

BNCC- Base Nacional Comum Curricular.

CEP- Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT.

DCNEB- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

MEC- Ministério da Educação.

PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso.

UR- Unidade de Registro.

UC- Unidade de Contexto.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Números de alunos por turmas (Referência do ano Letivo de 2019).-----	21
Quadro 2- Perfil dos Sujeitos-----	23
Quadro 3 – Instrumentos de pesquisa e os objetivos a serem perseguidos-----	24
Quadro 4 – Resultado de teses e dissertações dos descritores correspondentes ao período de 2008 a 2018-----	35
Quadro 5 - Trabalhos selecionados na plataforma BDTD pelo descritor “Autoridade docente”-----	35
Quadro 6- Trabalhos selecionados na plataforma pelo descritor “Indisciplina escolar-----	36
Quadro 7 - Trabalhos selecionados na plataforma BDTD pelo descritor “Indisciplina escolar e Autoridade Docente”-----	36
QUADRO 8–Quantidade e classificação dos estudos que estabelecem relação com o tema da pesquisa em pauta Quadro-----	37
QUADRO 09 - Categorias de Professores elencados na tese da Adriana Dias de Oliveira, como título “Autoridade docente no Ensino Médio: compassos e descompassos no contexto contemporâneo”-----	38
QUADRO 10- Categorias dos alunos elencados na tese da Adriana Dias de Oliveira, como título “Autoridade docente no Ensino Médio: compassos e descompassos no contexto contemporâneo”-----	38
QUADRO 11–Unidade de Registro e de Contexto sobre as atitudes e comportamentos que os professores caracterizam como sendo indisciplina escolar-----	71
QUADRO 12–Unidade de Registro e de contexto sobre a dinâmica da indisciplina escolar-----	76

QUADRO13- Unidade de registro e de contexto sobre a Autoridade docente no
enfrentamento da indisciplina escolar-----79

QUADRO 14- Unidade de Registro e de Contexto para a construção da autoridade docente
para o enfrentamento da indisciplina escolar -----82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Registro de casos identificados no Caderno de Ocorrências durante o ano de 2019-----62

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 CAMINHOS DA PESQUISA: METODOLOGIA.....	19
2.1 Tipo de Pesquisa.....	19
2.2 Lócus da Pesquisa	20
2.3 Sujeitos da Pesquisa.....	21
2.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	23
2.4.1 Fontes Documentais.....	24
2.4.2 Entrevista Estruturada.....	25
2.5 Procedimento Ético.....	26
2.6 Procedimentos de Sistematização e Análise dos Dados.....	26
3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE: AUTORIDADE DOCENTE E A INDISCIPLINA ESCOLAR.....	28
3.1 O Professor e a Organização do Trabalho Pedagógico.....	29
3.2 Autoridade docente e a indisciplina escolar.....	33
3.3 Balanço de produção: estudos sobre o tema.....	34
3.4 O que é autoridade?.....	42
3.5 Para que autoridade?.....	43
3.6 Crise da autoridade docente.....	46
3.7 A construção da autoridade docente.....	48
3.8 Indisciplina e Disciplina: algumas definições.....	53
3.9 As possíveis causas da indisciplina.....	55
4 AUTORIDADE DOCENTE E INDISCIPLINA ESCOLAR: A VOZ DOS PROFESSORES.....	60
4.1 Fontes Documentais.....	60
4.1.1 Caderno de Ocorrência: o que mostram os registros acerca da indisciplina.....	61
4.1.2 Regimento Escolar: indisciplina e o princípio da igualdade.....	64
4.1.3 Projeto Político Pedagógico: organização do espaço escolar.....	68
4.2 Entrevistas: autoridade e indisciplina escolar na concepção dos professores.....	70

4.2.1 Atitudes e comportamentos que os professores caracterizam como sendo indisciplina.....	73
4.2.2 Dinâmica da indisciplina escolar segundo os professores entrevistados.....	76
4.2.3 Autoridade docente como premissa para enfrentamento da indisciplina escolar...79	
4.2.4 Habilidade valorizada na construção da autoridade docente para o enfrentamento da indisciplina escolar.....	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO A- Parecer Consubstanciado CEP.....	95
APÊNDICE A-Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	99

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar a temática que trata da questão da autoridade docente e da indisciplina escolar, como objeto desta pesquisa, compreendo ser necessário¹ iniciar o diálogo, apresentando o meu desenvolvimento pessoal e profissional, por considerá-lo pertinente para a compreensão do presente estudo.

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), do Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres, e com especialização em “Educação Infantil, Práticas em Sala de Aula” pela Faculdade São Braz, desde o final da graduação, em 2014, venho trabalhando em diferentes níveis de ensino na rede pública: da Educação Infantil, passando pelos anos iniciais do Ensino Fundamental, até o ensino superior.

Durante meu primeiro contato em sala de aula, nos estágios supervisionados da graduação, me deparei com diversas situações de conflito entre alunos por questões inter ou extraclasse que, sem a devida atenção do docente, geravam agressões verbais, ‘bullying’, agressões físicas, e até suscitavam ações contra o professor quando, por inabilidade, ele não gerenciava a resolução do conflito. Atos de indisciplina eclodiam e desafiavam a autoridade do professor, tanto por parte da vítima quanto do agressor e até em conjunto.

Fui me envolvendo com o fenômeno da indisciplina, iniciando uma pesquisa durante a graduação, e a monografia de conclusão de curso foi uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “Autoridade e Violência no Espaço Escolar”. Depois de graduada, na condição de professora titular de turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e também da Educação Infantil, presenciei várias situações de conflito envolvendo os discentes e percebi que a indisciplina e a autoridade docente mantêm estreita relação.

A escola é uns dos primeiros espaços de convivência pública da criança, onde ela vai interagir com outras pessoas e construir sua identidade e autonomia. Sabe-se que o docente tem responsabilidade com a aprendizagem e a civilidade relacionada a valores, comportamento e atitudes dos estudantes. A indisciplina está entre essas questões. Frente a isso, as principais perguntas a serem respondidas são: A autoridade docente se constitui em premissa no enfrentamento da indisciplina em sala de aula? De

¹ Em relação ao tratamento, utiliza-se a primeira pessoa do singular apenas nas partes em que a pesquisadora relata sua trajetória nesta dissertação.

que modo se constrói a autoridade docente diante da indisciplina escolar? Nesta direção, observa-se que as escolas vêm apresentando diversos problemas em seu interior, que vão desde a atribuição do seu papel social às questões que envolvem as práticas pedagógicas. É comum, no cotidiano das escolas, haver um clima de certa insegurança, demonstrado pelos educadores, frente aos conflitos existentes na escola. Na sala de aula o sentimento de insegurança depende de cada professor, na relação que ele estabelece com os alunos, com os desafios da sua disciplina e dos limites necessários para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem.

A ação educacional, semelhante a toda e qualquer prática de ensino, fazem com que se pense em diversas situações desafiadoras presentes no cotidiano escolar, com destaque para a problemática da indisciplina, que tem se tornado um grande obstáculo para o processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, os professores devem atentar para sua prática, seus métodos de ensino e refletir criticamente sobre o assunto para encontrar a melhor forma de agir nas situações adversas no espaço escolar. Isto é, pensar sobre a prática de ensino é um fator fundamental do fazer docente

É comum observar profissionais da educação que apresentam dificuldades em lidar com a indisciplina, principalmente os docentes que têm contato mais direto com alunos. Muitos deles se mostram impotentes em relação às ações para enfrentá-la, e essa dificuldade pode surgir, e mesmo ser justificada, pela falta de uma reflexão mais atenta sobre essa questão, tanto no período de formação, quando nos cursos de capacitação.

O fato de a gestão escolar muitas vezes não dar a real importância ao assunto e não auxiliar os docentes para agirem nessas situações, principalmente nas atitudes a serem tomadas em relação à indisciplina em sala de aula, considerando-se a diversidade no ambiente escolar, que vai desde a questão cultural, social, diferenças de comportamentos, entre outras, muitas vezes impossibilita a resolução dos problemas.

O conflito no interior da escola, provocado por questões extra ou intramuros tem-se constituído notícia na mídia, e põe em questionamento a gestão escolar, o perfil dos estudantes e a autoridade do profissional. Entre os diferentes conflitos destaca-se a indisciplina escolar que se apresenta como um entrave ao trabalho pedagógico, segundo os educadores.

O termo indisciplina tem diferentes concepções, portanto, parte-se da hipótese de que os professores têm dificuldade em definir a indisciplina, identificando-a, muitas vezes, com agressões e/ou violência. Por outro lado, a grande dificuldade em exercer uma

autoridade coerente em relação à indisciplina está relacionada ao contexto em que foi construída a prática docente: a formação inicial, a experiência em sala de aula, a falta de apoio da gestão escolar, ou até mesmo a falta de compromisso com o ofício de professor, por exemplo. Todas essas questões interferem no modo com que cada profissional age frente a um problema didático pedagógico.

Diante do exposto, justifica-se a importância deste estudo, pois visa-se compreender a ação da autoridade docente frente à indisciplina escolar e, ao mesmo tempo, destaca-se a necessidade da valorização do professor e da construção de um ambiente mais acolhedor em sala de aula, que proporcione experiências significativas aos alunos. Caminharem busca de uma prática pedagógica escolar que seja significativa, que contribua efetivamente para formação de consciências críticas e participativas dos alunos, objetivo de toda a ação pedagógica, é ter empenho na aprendizagem dos alunos e na sua formação cidadã que deve ter como inspiração docente.

A presente pesquisa foi realizada em uma escola estadual do município de Cáceres-MT, uma escola tradicional que atende os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, organizada atualmente por meio do ciclo de formação humana. Para delimitação do campo de estudo da pesquisa, optou-se por investigar apenas os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), pois o número de registros da indisciplina ocorre majoritariamente nessa etapa da educação escolar. O período pesquisado abarcou o ano letivo de 2019, sendo importante destacar que os profissionais da educação se envolveram em uma greve naquele ano, que teve duração de 75 dias, e devido a essa greve foi necessário estender o calendário escolar até fevereiro do ano de 2020.

O objetivo geral para o desenvolvimento deste estudo foi: Compreender de que modo se constrói a autoridade docente diante da indisciplina escolar. Já os objetivos específicos abrangeram: -Descrever as ações, atitudes ou comportamentos que os docentes classificam como indisciplina;- Relacionar as ações dos docentes frente aos atos por eles denominados de indisciplina;-Identificar professores, matérias, o ano que mais manifestam experiência de indisciplina dos alunos;-Estabelecer a distinção das ações de enfrentamento da indisciplina entre os professores que não reclamam dos problemas dos que manifestam experienciá-las em suas aulas;-Conhecer a dinâmica da indisciplina segundo a percepção dos professores;-Compreender se a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina; -Conhecer as normativas da escola.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram seis professores dos anos finais do

Ensino Fundamental, de diferentes disciplinas das turmas do 6º ao 9º ano. Para a coleta de dados foram utilizados três tipos de instrumento: análise documental, entrevistas e observação não participante. Para a sistematização dos dados foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin.

A dissertação está estruturada em cinco seções. A primeira constitui a introdução, em que se apresenta a contextualização da pesquisa, a relevância, o envolvimento pessoal da pesquisadora com o objeto pesquisado, e a base teórica que sustenta a reflexão para elucidar o problema da investigação.

Na segunda seção apresenta-se a metodologia, destacando-se cada etapa do caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa.

Na terceira seção discorre-se a respeito da formação do professor e a natureza do trabalho docente, destacando-se a função do professor e da escola frente à organização do trabalho pedagógico. Faz-se uma reflexão teórica sobre a autoridade docente, enfatizam-se alguns conceitos, iniciando-se pelo balanço de produção, o qual demonstra a relevância do tema autoridade na discussão sobre a indisciplina escolar.

Na quarta seção faz-se a sistematização e a análise dos dados, e na quinta constam as considerações finais da pesquisa desenvolvida.

2 CAMINHOS DA PESQUISA:METODOLOGIA

A metodologia é a parte fundamental para o desenvolvimento da pesquisa; é o caminho, a trajetória definida para entender o objeto ou o fenômeno investigado. Portanto, nesta seção são apresentados os aspectos metodológicos da presente pesquisa, delineando o tipo e a abordagem, o lócus, os perfis dos sujeitos, os instrumentos de coleta e os procedimentos de sistematização e análise dos dados.

2.1 Tipo de pesquisa e a abordagem

No presente estudo adota-se a abordagem qualitativa, por considerá-la a melhor forma de compreender o objeto da pesquisa. Segundo Creswell (2010,p.26), a pesquisa qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.Os autores Ghedine Franco (2008), ao explicitar a metodologia dos estudos qualitativos, ressaltam que devem ser concebida “[...] como um processo que organiza cientificamente todo o movimento reflexivo, do sujeito empírico e deste ao concreto, até a organização de novos conhecimentos, que permitam nova leitura/compreensão/interpretação do empírico inicial.”(GHEDIN; FRANCO,2008, p. 107). A pesquisa qualitativa é descritiva, utilizada com diferentes enfoques e técnicas, dependendo do objeto do pesquisador. Escolheu-se a abordagem qualitativa por se tratar de uma pesquisa sobre a realidade educacional que busca alcançar um entendimento mais amplo sobre a autoridade docente frente à indisciplina que possa aproximar o professor de uma realidade que se apresenta ainda fragmenta, permitindo novos conhecimentos, compreensão e interpretação.

Pretende-se desenvolver a pesquisa através de um Estudo de Caso. Segundo Yin (2001, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” Para Creswell (2010, p. 38), o Estudo de Caso é uma “estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos”. E para Trivinões (2011, p.133), o estudo de caso é “uma categoria de

pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Portanto, escolheu-se essa estratégia de investigação por se entender que o Estudo de Caso possibilita ao pesquisador explorar mais profundamente determinados lugares, isto é, “explorar aspectos de um determinado espaço que apresenta características que o diferencia de outros espaços semelhantes, mas que a intervenção no mesmo possibilitará compreender o que o distingue dos outros que compõem o seu conjunto” (TIELLET, 2006, p.54).

Nos próximos subitensse discorre sobre o lócus da pesquisa, os sujeitos, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de sistematização e análise dos dados da pesquisa.

2.2 Lócus da Pesquisa

Na função de professora da disciplina de Estágio Supervisionado Curricular, para executar o planejamento da disciplina, ao longo de três semestres, foram visitadas diversas escolas: seis instituições municipais de educação infantil e seis escolas públicas de Ensino Fundamental, entre as quais um Centro de Educação de Jovens e adultos (CEJA), e, também, espaços não escolares — projetos sociais e ambulatórios de saúde infantil.

O critério de escolha do lócus de pesquisa para a realização da coleta de dados levou em consideração o conhecimento prévio sobre as escolas, as conversas e relatos com professores, coordenadores e diretores, também as observações e relatos dos estagiários que foram acompanhados durante as supervisões nos Estágios Supervisionados Curriculares.

A pesquisa em pauta foi realizada em uma escola estadual do município de Cáceres-MT, aqui nomeada de Escola Estadual Flor de Liz², que supervisionei durante os estágios, e que mais me chamou a atenção nas conversas informais que mantive com os docentes, coordenadores e diretores. Naquelas conversas, os professores da Escola Estadual Flor de Liz relataram o comportamento dos alunos, os quais não obedeciam às regras, eram indisciplinados, desinteressados pelos conteúdos, e também falaram a respeito da precária estrutura física da escola, com banheiros danificados, salas de aula escuras, paredes sem pintura, janelas com vidros quebradas, estrutura física bem diferente das outras escolas visitadas.

²Codinome de modo a manter o anonimato da escola.

Nessa escola foi possível perceber maior preocupação dos docentes em relação à indisciplina, diferentemente das outras escolas que foram acompanhadas, não no sentido de que nas outras a indisciplina escolar não existisse, mas pelo fato de ser um problema constante na Escola Estadual Flor de Liz, e ser um desafio diário à autoridade do professor.

Outro problema diagnosticado pelos professores é o fato de que aparte externa da escola não possui agente de pátio. Os alunos pedem para sair da sala de aula e ficam, às vezes, escondidos no banheiro ou indo para a quadra coberta da escola, muitas vezes para não assistir aula de algum professor. Assim, todos esses fatos relatados contribuíram para que a Escola Estadual Flor de Liz fosse escolhida como lócus deste estudo.

Situada no município de Cáceres-MT, a Escola Estadual Flor de Liz atende os anos iniciais no período vespertino e os anos finais do Ensino Fundamental no período matutino. A organização curricular da escola, conforme descrito no Projeto Político-Pedagógico está em consonância com a legislação vigente e atende as competências previstas nos documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB).

A escola acolhe todos aqueles que a procuram, com atendimentos em dois períodos (matutino e vespertino), segue o sistema de ensino de Ciclo de Formação Humana, e contempla o Ensino Fundamental desde o 1º ciclo (1º ano até o 3º ciclo (9º) ano. Na escola funcionam: onze salas no período matutino; onze salas no período vespertino; e uma sala de recursos no período vespertino. A média de alunos em cada sala das turmas dos anos finais do Ensino Fundamental é de 20 a 27 alunos (ver Quadro 1).

Quadro 1- Número de alunos por turma (ano Letivo de 2019)

Turmas	6ª	6B	7ª	7B	7C	8ª	8B	8C	9ª	9B	9C
Nº de alunos por turma	27	23	25	24	21	18	17	18	24	27	23

Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de.

2.3 Sujeitos da pesquisa

No projeto encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), os critérios para inclusão dos sujeitos neste estudo foram: ser professor efetivo do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; ter seu nome registrado com maior frequência no Caderno de Ocorrência; e também aquele professor efetivo que não apareceu em nenhum registro do Caderno de Ocorrência; ter mais de dois anos de serviço naquele espaço escolar e que aceitasse participar da pesquisa subscrevendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como critério de exclusão definiu-se: ser interino ou ser professor efetivo que tivesse menos de dois anos de experiência em sala de aula; estar no exercício de seus direitos trabalhistas (licença prêmio, licença médica, entre outros).

Entretanto, no decorrer da pesquisa foram necessárias algumas mudanças no critério de escolha dos sujeitos, pois, ao chegar à escola, a Coordenadora sugeriu a inclusão dos professores interinos. Isto porque, no quadro dos professores de 2019, a maioria era de interinos, porque grande parte dos efetivos estava afastada por diferentes motivos: licença médica ou aposentadoria.

Ao consultar os documentos fornecidos pela Coordenadora da escola confirmou-se que, no quadro de professores, havia muitos docentes interinos, e ao analisar o Caderno de Ocorrência também se constatou que tanto professores interinos quanto efetivos encaminhavam alunos para a coordenação por motivo de desrespeito à sua autoridade e da indisciplina escolar.

Na escola atuavam 30 professores, 11 dos quais nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas turmas do 1º ao 5º ano, e 19 professores lecionavam nos anos finais do Ensino Fundamental, nas turmas do 6º ao 9º ano. Sendo assim, para não ter dificuldades de conseguir sujeitos para a pesquisa, desconsiderou-se a efetividade, mantendo os três critérios anteriormente definidos: aqueles professores que mais tiveram e os que não tiveram seus nomes registrados no Caderno de Ocorrência, e o tempo de dois anos de exercício do magistério na escola.

Assim, dos 19 professores dos anos finais do Ensino Fundamental foram selecionados seis que atuavam nas turmas do 6º ao 9º ano, sendo três professores cujos nomes apareceram com maior frequência no Caderno de Ocorrência, e três nomes que não apareceram no Caderno de Ocorrência. Os seis professores selecionados trabalhavam na escola há mais de dois anos, três deles contratados e três efetivos.

Para resguardar o anonimato dos sujeitos da pesquisa foram atribuídos nomes fictícios aos sujeitos participantes, utilizando-se nomes de flores. No Quadro 2 apresenta-se o perfil dos entrevistados.

Quadro 2- Perfil dos Sujeitos

NOME	NATALIDADE	GRADUAÇÃO E LOCAL DE FORMAÇÃO	OCUPAÇÃO FUNCIONAL	SITUAÇÃO FUNCIONAL	TEMPO DE MAGISTÉRIO	CADERNODE OCORRÊNCIA
Rosa	Goiás	Licenciada em Letras (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS)	Professora de Língua Inglesa	Efetiva	4 anos	Sim
Orquídea	Minas Gerais	Licenciada em Pedagogia e Matemática (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO)	Professora de Matemática	Efetiva	32 anos	Não
Girassol	Piauí	Mestre em Geografia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)	Professor de Geografia	Contratado	6 anos	Sim
Antúrio	Cáceres-MT	Licenciatura em Matemática (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO)	Professor de Matemática	Contratado	2 anos	Sim
Azaléia	Paraná	Licenciatura em Ciências Biológicas (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO)	Professora de Ciências	Efetiva	5 anos	Não
Begônia	Cáceres-MT	Licenciatura em Educação Física (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO)	Professora de Educação Física	Contratado	9 anos	Não

Fonte: SOUSA, Sueli Aparecida Leite de.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de pesquisa são essenciais para que se obtenham dados confiáveis, além da seriedade e do rigor metodológico que a pesquisa deve apresentar. Nesse âmbito, “são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação” (MARCONI;

LAKATOS 2003, p. 165). Desse modo, para a escolha dos instrumentos de coleta de dados levou-se em consideração a melhor forma de conseguir elementos necessários para responder e compreender os questionamentos presente na pesquisa. E a escolha dos instrumentos se fundamentaram na técnica da triangulação que “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p, 138), sendo assim, para alcançar os objetivos (ver Quadro 3) na coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos:

- 1ª Fontes Documentais.
- 2ª Entrevista Estruturada.

Quadro 3 – Instrumentos de pesquisa e os objetivos a serem perseguidos

INSTRUMENTOS DE PESQUISA	OBJETIVOS
Fontes documentais:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar no Caderno de Ocorrência professores, disciplinas, o ano que mais manifestam experiência de indisciplina dos alunos; ✓ Conhecer as normativas da escola; ✓ Descrever as ações dos docentes frente aos atos por eles denominados de indisciplina ✓ Conhecer as normativas da escola.
Entrevista Estruturada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender de que modo se constrói a autoridade docente diante da indisciplina escolar; ✓ Estabelecer a distinção das ações de enfrentamento da indisciplina entre os professores que não reclamam dos problemas dos que manifestam viver essa experiência em suas aulas; ✓ Conhecer a dinâmica da indisciplina descrita pelos professores; ✓ Compreender se a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina

Fonte: SOUSA, Sueli Aparecida Leite de.

2.4.1 Fontes documentais

As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa foram o Projeto Político-Pedagógico de 2019, o Regimento Escolar, que está em processo de atualização, e o Caderno de Ocorrências da escola do ano letivo de 2019.

O acesso ao Projeto Político-Pedagógico e ao Regimento escolar foi necessário para a aquisição de conhecimentos sobre o espaço pesquisado, a contextualização histórica e social, o sistema de organização da unidade escolar, e a relação entre a escola, a comunidade e os estudantes. No Regimento Escolar se obteve as informações

referentes à organização técnica e administrativa, desenvolvimento do ensino e a organização da vida escolar, especialmente as questões normativas referentes às atitudes, ao comportamento e às sanções expressas no regimento.

O acesso ao Caderno de Ocorrência foi fundamental para identificar as ações registradas que estabeleciam relação com a temática pesquisada “Autoridade Docente e a Indisciplina Escolar” e as causas da indisciplina.

2.4.2 Entrevista Estruturada

A entrevista pode ser definida como um “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI & LAKATOS, 1999, p. 94). Optou-se pela entrevista estruturada por acreditar ser o instrumento ideal para coletar os dados com todo o rigor que a pesquisa almeja.

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais (GIL, 2008, p. 113).

Em virtude da greve das escolas estaduais de Mato Grosso durante o ano letivo de 2019, com a duração de setenta e cinco dias, o ano letivo teve que se estender até o final do mês de março de 2020, portanto, optou-se por iniciar as entrevistas no final do ano letivo de 2019, isto é, no início do ano de 2020.

No período de 22 a 27 de janeiro de 2020 foram entrevistados quatro professores. As entrevistas foram individuais, agendadas antecipadamente, realizada na própria escola, conforme solicitação dos sujeitos, na hora das atividades³ de cada um; foram gravadas e transcritas integralmente, guiadas por um roteiro de quatro perguntas:

- 1- Relatar as ações, atitudes e comportamentos do que você considera indisciplina e quais as ações adotadas;
- 2- Descrever a dinâmica da indisciplina;

³Momento reservado para as atividades da docência: planejamento, avaliação entre outras atividades atribuídas aos professores.

- 3- Refletir sobre a afirmação de que a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina;
- 4- Discorrer sobre a autoridade docente diante da indisciplina escolar.

A pandemia mundial provocada pela COVID-19, declarada no Brasil em março de 2020, e, portanto, também no estado de Mato Grosso, impossibilitou as entrevistas com dois professores, sendo retomadas somente no dia três de agosto de 2020, quando houve o retorno das aulas, no formato não presencial, nas escolas da rede estadual de Mato Grosso. Dessa vez, o contato inicial foi por ligação telefônica e mensagens via aplicativo de whatsapp, quando foram previamente agendadas as entrevistas, conforme a disponibilidade de cada professor.

2.5 Procedimentos Éticos

Como procedimentos éticos, nesta pesquisa seguiram-se todos os padrões necessários para garantir a integridade dos participantes, seu anonimato e o sigilo do local pesquisado. O projeto da pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética da UNEMAT, sendo aprovado no mês de novembro do ano de 2019, sob o Parecer: 3.692.242(Anexo A).

Para mitigar os riscos que poderiam cercar os sujeitos da pesquisa, conforme prescrito no termo de consentimento Livre e Esclarecido encaminhado ao CEP, à entrevista foi realizado em um ambiente escolhido pelos sujeitos, em dia e hora combinados via celular, de modo a garantir-lhes o anonimato; não deixá-los expostos e vulneráveis ao conhecimento de seus pares, até mesmo dos estudantes com os quais tiveram algum conflito e assim se sentirem à vontade e seguros para falar.

2.6 Procedimentos de sistematização e análise dos dados

Na sistematização e análise das entrevistas utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. A expressão análise de conteúdo pode ser definida como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Nesse sentido, para a análise em questão, buscou-se a compreensão das características, estruturas que estão por trás dos fragmentos das entrevistas. Com isso, o empenho do pesquisador na análise é fundamental, em busca da compreensão no sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, afastar o olhar, procurando outra definição, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira. Sobre isso, Bardin (2011) enfatiza que a utilização da análise de conteúdo presume três fases fundamentais para a organização da análise: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados- a inferência e a interpretação.

A fase da *Pré-análise*, de acordo com Bardin (2011), é a primeira etapa que auxilia a organização da análise de conteúdo, porque, depois que os dados foram coletados, far-se-á a codificação. Para esta etapa é fundamental organizar os materiais disponíveis, para então fazer a avaliação do que será útil para a pesquisa e ver se é necessário coletar mais dados. Nessa etapa, deve ser feita uma leitura flutuante do material, escolher e selecionar os documentos que serão analisados, constituir o *corpus*, formular hipóteses e preparar o material.

A fase da *exploração do material* envolve as etapas de codificação e categorização do material. Para a codificação é preciso fazer o recorte das unidades de registro e de contexto. Ao final, tem-se a etapa do *Tratamento dos resultados- a inferência e a interpretação*. Segundo Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”.

A análise de conteúdo consiste em pegar algo grande do discurso e criar categorias que resumem esses discursos para sistematizá-las. Todas as categorias criadas tiveram um percentual do participante de todo o universo pesquisado, sendo considerado o conteúdo presente em cada discurso analisado, assim justifica-se a escolha por esse procedimento de análise.

3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE: AUTORIDADE DOCENTE E INDISCIPLINA ESCOLAR

Nesta seção, analisa-se, brevemente, a importância da formação do professor e a natureza do trabalho docente. Ressalta-se a relevância da organização do trabalho pedagógico diante do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e a relação entre autoridade e indisciplina, trazendo alguns conceitos sobre a autoridade e sua importância na atuação docente. Também se apresenta um breve estudo sobre a indisciplina escolar e suas possíveis causas.

Partindo-se do pressuposto de que o professor é um mediador, ele exerce papel essencial no processo de ensino-aprendizagem, e na sua prática educativa precisa utilizar métodos que proporcionem vez e voz aos estudantes, que estimulem a curiosidade e o conhecimento no percurso das aulas. A prática educativa, portanto, é uma atividade importante para o funcionamento da sociedade em geral. Segundo Libâneo (2006, p. 16 e 17),

[...] o trabalho docente é a parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para participação na vida social. A educação- ou seja, a prática educativa- é um fenômeno universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades.

A função que o professor desempenha na educação é fundamental para a sociedade, pois seu campo de atuação é a formação do ser humano, uma função nada fácil, pois pode produzir marcas na vida do aluno que poderão ser positivas ou negativas, conforme o modo em que foi efetivada. As relações geradas pelo professor no espaço da sala de aula são essenciais para o processo de ensino, e contribuem, intrinsecamente, para a qualidade desse ensino e a formação da cidadania. Por conseguinte, o professor deve ficar atento e sempre empenhado em sua prática pedagógica, considerando-se que “o exercício da docência é um trabalho complexo, realizado com e sobre pessoas, com suas finalidades, intencionalidades, formas de engajamento, prescrições, programas” (GATTI, 2019, p. 41).

Nesse sentido, para atender todas as especificidades do processo educacional, compreende-se a importância da formação inicial ou continuada do professor, pois essas formações devem propiciar ao professor condições de agir no cotidiano escolar. Sobre a

formação inicial, os Referenciais para Formação de Professores (2002, p. 68) preconizam que:

É importante, então, que a instituição de formação inicial se empenhe numa reflexão contínua tanto sobre os conteúdos como sobre o tratamento metodológico com que estes são trabalhados, em função das competências que se propõe a desenvolver, já que as relações pedagógicas que se estabelecem ao longo da formação atuam sempre como currículo oculto. As relações pedagógicas vivenciadas no processo de aprendizagem dos futuros professores funcionam como modelos para o exercício da profissão, pois, ainda que de maneira involuntária, se convertem em referência para a sua atuação.

Na formação inicial é fundamental que os professores tenham experiências significantes com a prática em sala de aula, pois os cursos de licenciatura possuem a disciplina de estágio supervisionado que propicia aos professores em formação o contato direto com a escola, e assim aprenderem como é a realidade em sala de aula, além de possibilitar o cruzamento teoria e prática. Segundo Libâneo (2006, p. 28), “a formação do professor implica, pois, uma contínua interpenetração entre teoria e prática, a teoria vinculada aos problemas reais postos pela experiência prática e a ação prática orientada teoricamente”.

Sabe-se que ser professor é uma profissão, e como qualquer outra profissão que se aprende na prática, o professor também aprende a ser professor no espaço escolar a partir da convivência direta com os alunos, pois nessas relações diárias surgem os desafios no espaço escolar. Portanto, ser professor é viver uma nova experiência a cada dia, mas o processo educacional demanda uma organização sistemática, por isso o trabalho docente precisa ter um planejamento para atender as exigências de ser docente. E, acima de tudo, orienta-se que os professores fiquem atentos às mudanças sociais e acompanhem os processos de inovações que vão surgindo, com metodologias e práticas educacionais que alcancem o interesse e a participação dos alunos.

Na atuação docente, em sua prática o professor precisa fornecer fundamentos imprescindíveis para o processo de ensino, pois a ação de ensinar demanda comprometimento de todos os envolvidos com a educação, principalmente do professor que tem um contato maior com os alunos.

3.1 O professor e a organização do trabalho pedagógico

A escola exerce função social primordial para o desenvolvimento da sociedade, e gera contribuições significantes para a construção do conhecimento do estudante,

possibilitando-lhe conhecer seus direitos e deveres de cidadão. É uma instituição muito importante para a sociedade, pois, no espaço escolar, o estudante adquire capacidades de desenvolver o pensamento crítico, e, ao mesmo tempo, tem a oportunidade de socializar com pessoas diferentes, fora do seu meio familiar. Carvalho e Mangialardo (2020, p. 2) afirmam que “a escola se configura como espaço de encontro com pessoas, seres pensantes, seres humanos”, por isso recomenda-se que todos os envolvidos na ação educativa que se preocupem com as condições da aprendizagem e da formação dos cidadãos. Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico é de suma importância.

O trabalho pedagógico abrange todas as atividades teóricas e práticas desenvolvidas pelos profissionais da escola para a efetivação da ação educacional. Assim, constata-se que a organização do espaço escolar é uma tarefa que compete a todos os profissionais que ali atuam para a construção de um Projeto Político-Pedagógico que seja capaz de nortear as práticas relacionadas ao trabalho educativo.

Para que a ação pedagógica ocorra de forma eficaz no processo de formação do aluno, recomenda-se que o trabalho seja desenvolvido no coletivo, pois o coletivo fortalece nas tomadas de decisões, ao discutir os problemas da escola buscar meios para solucioná-los coletivamente.

Desse modo, para o desenvolvimento da ação pedagógica no cotidiano da escola, sobretudo no espaço da sala de aula, o professor precisa entender que é fundamental o trabalho coletivo, a pesquisa como suporte para o pedagógico e, ao mesmo tempo, mediação e espaço formativo. Nesse aspecto, compreendemos que, para ensinar, o professor, além de possuir experiência, tem que estudar para reinventar, recriar e reescrever a organização do trabalho pedagógico na escola. (CARVALHO; MANGIALARDO, 2020, p. 6).

Em relação à ação docente, recomenda-se que o professor organize e planeje suas ações, com vistas a alcançar o objetivo de aprendizagem. Quando necessário, por meio da prática reflexiva, ele também poderá reinventar suas aulas, ao adquirir novos conhecimentos para trabalhar em sala de aula, pois o ato de ensinar não se fundamenta apenas na transmissão dos conhecimentos sistematizados, como destaca Libâneo (2006, p. 55):

[...] o ensino não é só transmissão de informações, mas também o meio de organizar a atividade do aluno. O ensino somente é bem-sucedido quando os objetivos do professor coincidem com os objetivos de estudo do aluno e é praticado tendo em vista o desenvolvimento das suas forças intelectuais.

A relação entre professor e aluno não se baseia somente na transmissão de conteúdo, mas também se consolida em uma relação mais íntima de admiração, carinho, troca e respeito, o que vai constituir a autoridade docente. É importante notar a relevância dessa relação e como isso pode afetar o processo de ensino e aprendizagem, pois essa relação poderá influenciar tanto o interesse do aluno pelo conteúdo e seu comportamento em sala de aula, quanto à satisfação do professor na realização do seu trabalho. Com esta perspectiva docente, o professor tem o objetivo de ensinar, ser ouvido e questionado, e em relação ao aluno é esperado que ele adquira o conhecimento em um contexto geral, pois compreende-se que a preocupação principal é deixar o aluno na condição de construtor do seu conhecimento. Assim, a preocupação do professor se desloca para questionamentos voltados a como o aluno aprende e não de como ensina.

Nesse sentido, o planejamento é fundamental para a atuação docente, pois é impossível ir para a sala de aula sem um plano de ação. O planejamento caracteriza um guia para a ação educacional, é por meio dele que o professor organiza seu trabalho, e proporciona diferentes formas de aprendizado aos alunos.

Conforme declara Libâneo (2006, p. 96), “o trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente, visando atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado”. Portanto, ao realizar o planejamento, o professor precisa considerar a realidade de sua turma, pois ao planejar e organizar a ação educativa, ele proporciona um espaço que contribui para a construção e formação da aprendizagem do aluno, e sempre deve considerar os objetivos que almeja.

Entende-se, assim, que o trabalho pedagógico é construído no dia a dia do espaço escolar, com definição atribuída por cada sujeito, a partir da inter-relação entre teoria e prática. Freire (1996, p.21) afirma que, “por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

O professor, então, assume uma postura reflexiva, permissível a adoção de novas práticas. No entanto, ele não consegue solucionar sozinho todos os problemas da sala de aula, e para isso precisa de condições pedagógicas, apoio da gestão, apoio da família para conduzir suas aulas de maneira a alcançar resultados satisfatórios, tanto para os alunos quanto para a escola.

Assim, para a docência de melhor qualidade, é condição básica que o professor assuma a formação e autoformação como parte indissociável da

natureza de sua profissão. Nessa perspectiva, ressaltamos que a formação docente centrada na escola, configura-se como mediação para a organização do trabalho pedagógico, bem como instrumento que impulsiona o professor a assumir uma práxis pedagógica que possa contribuir com o desvelamento da contradição da realidade social. (CARVALHO; MANGIALARDO, 2020, p. 14).

O professor exerce papel significativo na formação dos alunos, ressalta Freire (1996, p. 23) de que ele “mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor”. Freire (1996) afirma que o planejamento da escola, o projeto escolar que tem como finalidade a formação dos alunos para a cidadania e para isto recomenda-se que: trate todos com dignidade, com respeito à divergência, valorizando o que cada um tem de bom; faça com que a escola se atualize para que os alunos gostem dela; e, ainda, garanta espaço para a construção de conhecimentos científicos significativos, que contribuam para uma análise crítica da realidade.

A organização do trabalho pedagógico é fundamental, pois quando bem planejada, o professor, em sua prática pedagógica, estabelece uma relação com seus alunos baseada na confiança e no respeito mútuo, não em uma relação onde o professor manda e o aluno obedece; ou em uma relação que consiste no vigiar e punir, onde o professor só consegue o respeito à obediência de seus alunos utilizando a punição ou até mesmo a coação em sua prática cotidiana.

Todavia, vimos que a obediência nem sempre provém de uma relação de autoridade: pode ser pura coação. Se o professor apenas consegue ser obedecido pelo uso de recursos punitivos, entre os quais a reprovação é o mais forte e inapelável, ele não está exercendo o papel de uma autoridade. Claro não sejamos românticos: notadamente na escola, o exercício de pura autoridade é muito raro e têm quase sempre, na retaguarda, punições de vários tipos. Porém, essas devem ser exceção, o último recurso, e não o primeiro. Devem aparecer quando a relação de autoridade falha, mas não substituí-la (DE LA TAILLE, 1999, p. 14).

Diante do exposto, entende-se que, por meio do planejamento, da organização do trabalho a relação entre o professor e aluno ocorrerá de forma natural, e ele não precisará usar recursos punitivos em sua prática, pois se torna necessário pensar na relação professor-aluno a partir da autoridade legítima que foi construída com respeito e seriedade profissional, dentro dos padrões éticos exigidos durante a formação acadêmica. “Daí a importância do exemplo que o professor ofereça de sua lucidez e de

seu engajamento na peleja em defesa de seus direitos, bem como na exigência das condições para o exercício de seus deveres.” (FREIRE, 1996, p. 34).

Nesse contexto, o que prevalece é o respeito e o diálogo entre as partes. Compreende-se que o respeito é necessário em qualquer tipo de relação (trabalho, família, escola e outros), o respeito se torna base para que uma relação seja fortalecida e alcance bons resultados, portanto, cabe ao professor propiciar uma prática que valorize a autonomia dos alunos, em que cada um possa construir sua forma de aprender. Pode-se afirmar que tais ações e atitudes consolidam a autoridade docente e minimizam comportamentos de indisciplina em sala de aula. Assim, nas subseções a seguir, discorre-se sobre essas duas temáticas.

3.2 Autoridade docente e indisciplina escolar

A questão da autoridade se manifesta no discurso daqueles que estão envolvidos no contexto educacional, como demonstram várias pesquisas sobre a autoridade docente. Assim, uma pessoa, na função de professor, adquire o poder de determinar as ações dos alunos que legitimam esse poder, pois lhes é passado de geração a geração, ou adquirem rapidamente na própria escola, a imagem do professor como uma figura que tem o direito de exercer a autoridade.

Entende-se que falar sobre autoridade é difícil, pois envolve questões de poder, tornado-se um tema perigoso de se estudar, como enfatiza De La Taille (1999, p. 9):

o tema da autoridade é bastante complexo e, de certa forma perigoso. Complexo porque diz respeito às relações de poder, relações estas derivadas das esferas políticas, econômica e cultural, sobre as quais tantos bons pensadores se debruçaram e se debruçam sem que se possa dizer, ainda hoje, que luzes definitivas tenham sido projetadas sobre elas. Perigoso porque, justamente por se tratar de relações de poder, as ciladas do despotismo e da hipocrisia estão em todo lugar. Fundar a autoridade sobre as bases ilegítimas leva ao autoritarismo e à injustiça. Porém, negar a autoridade em nome de igualdades forçadas leva à hipocrisia nas relações humanas.

Em se tratando da autoridade docente, compreende-se que ela é construída na relação estabelecida pelo professor em sala de aula com os alunos, através de um conjunto de ações interdependentes direcionadas à ética, ao planejamento e ao respeito. A autoridade que o educador deve assumir em sua prática deve estar associada ao respeito, ao diálogo e ao tratamento direcionado aos alunos como sujeitos, preparando-os para que sejam autônomos, dando-lhes condições necessárias para tomarem posição

de independência no meio em que estão inseridos. Paulo Freire, ao se referir à importância de o educador utilizar, em sua *práxis*, uma pedagogia da autonomia, afirma:

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência de assumir-se. Assumir-se como ser social histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE, 2011, p.42).

A autoridade se constitui na aliança entre conhecimento e experiência na condução da turma, pois, para encaminhar seus alunos no processo ensino-aprendizagem, torna-se necessário que o professor domine tanto o processo de conhecer quanto os fenômenos relacionados a ele (AQUINO, 1999), partindo do pressuposto de que a autoridade é necessária para que os objetivos da educação sejam alcançados.

A questão da autoridade e a formação do professor são fundamentais para a administração da sala de aula. Desse modo, o professor deve usar essa autoridade em benefício da aprendizagem e da formação do aluno, e não fundamentado em atender seus objetivos pessoais e autoritários.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que é por intermédio da autoridade do professor que os alunos aprendem a regular seu próprio comportamento para garantir a apropriação do conhecimento escolar, no intuito de apreender criticamente a realidade, com o objetivo de transformá-la como a conviver em meio à diversidade e objetivando o coletivo.

No intuito de aprofundar o tema realizou-se um levantamento das produções acadêmicas (dissertações e teses), com o objetivo de buscar informações sobre métodos, referenciais teóricos utilizados nas pesquisas e o pensamento dos pesquisadores sobre o assunto.

3.3. Balanço de produção: estudos sobre o tema

O balanço de produção teve como objetivo mapear as produções acadêmicas (teses e dissertações), possibilitando conhecer que outros pesquisadores publicaram sobre o tema autoridade docente e a indisciplina escolar, de modo a estabelecer aproximações e diferenciações entre as obras já publicadas e este estudo. A base de dados escolhida foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Essa base se mantém atualizada, pois integra os sistemas de informações de teses e

dissertações existentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) e pesquisa.

Com a finalidade de delinear o processo de busca dos dados foram definidos os seguintes descritores:

- Primeiro Descritor: Autoridade Docente;
- Segundo Descritor: Indisciplina Escolar;
- Terceiro Descritor: Autoridade Docente e a Indisciplina Escolar;

Para delimitar a busca pelas produções estabeleceu-se, como parâmetro, o ano base correspondente ao período 2008/2018. No final da busca com os três descritores foi encontrado um total de 35 estudos, entre teses e dissertações, demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Resultado de teses e dissertações dos descritores — período de 2008 a 2018.

DESCRITORES	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL
Autoridade Docente	7	3	10
Indisciplina Escolar	7	1	8
Autoridade Docente e Indisciplina Escolar	13	4	17
Total	27	8	35

Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de.

Após o levantamento das produções sobre os descritores, realizou-se a leitura de todos os resumos dos estudos encontrados e, posteriormente, fez-se a análise qualitativa daqueles que mais se aproximaram da temática aqui investigada.

Com o primeiro descritor, “Autoridade Docente”, foram encontrados 10 estudos — três teses e sete dissertações — e, destes, foram selecionados dois, sendo os que mais se aproximaram da pesquisa em pauta, resultando no Quadro 5.

Quadro 5 – Estudos selecionados na plataforma BDTD com o descritor “Autoridade Docente”

AUTOR	ANO	TÍTULO	IES	TIPO	ÁREA DO CONHECIMENTO
Adriana Dias de Oliveira	2015	Autoridade docente no ensino médio: compassos e descompassos no contexto contemporâneo	PUC/SP	Tese	Ciências Sociais e Aplicadas

Tânia Gonçalves	2012	Autoridade docente: pensamento, responsabilidade e reconhecimento	USP/SP	Tese	Educação
------------------------	------	---	--------	------	----------

Fonte: BDTD. Elaborado por SOUSA, Suele Aparecida Leite de.

Com o descritor “Autoridade Docente” destacam-se dois estudos: uma tese defendida em 2012 e outra no ano de 2015. Ambas abordam a questão da manifestação da autoridade docente, a relação com a responsabilidade e o reconhecimento na educação

A segunda busca foi realizada com o descritor “Indisciplina Escolar”, tendo-se encontrado uma tese e sete dissertações. Depois da leitura dos resumos desses estudos destacou-se apenas um que tem relação com a presente pesquisa, conforme se observa no Quadro 6.

Quadro 6- Estudos selecionados na plataforma com o descritor “Indisciplina escolar”

AUTOR	ANO	TÍTULO	IES	TIPO	ÁREA DO CONHECIMENTO
Luciana de Paula Albuquerque.	2011	Indisciplina Escolar : um estudo sobre os sentidos e significados de professores e alunos	PUC/SP	Dissertação	Ciências Humanas Educação

Fonte: BDTD. Elaborado por SOUSA, Suele Aparecida Leite de.

Com o segundo descritor destacou-se uma dissertação, de 2011, que apresenta um conjunto de leituras sobre a indisciplina escolar, citando alguns de seus possíveis significados, na concepção dos professores e alunos, como fenômeno no cenário escolar. A dissertação de Albuquerque (2011) se aproxima da presente pesquisa tanto que diz respeito ao referencial teórico quanto às discussões da autora sobre a importância da autoridade para a educação.

Em uma busca avançada, utilizando-se o descritor “Autoridade Docente e Indisciplina Escolar”, o terceiro descritor, foram conjugados dois termos centrais da pesquisa, com o objetivo de mapear os estudos, entre teses e dissertações sobre os temas. Ao fazer a busca com esse descritor na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontrou-se um total de 17 estudos, sendo quatro teses e 13 dissertações. Desse total, quatro desses estudos já haviam aparecido nos descritores

anteriores. Assim, nesse terceiro descritor encontrou-se uma tese, defendida no ano de 2018, em que o autor aborda a questão da autoridade docente no Ensino Fundamental.

Quadro 7 - Estudos selecionados na plataforma BDTD com o descritor “Indisciplina escolar e Autoridade Docente”

AUTOR	ANO	TÍTULO	IES	TIPO	ÁREA DO CONHECIMENTO
Edna Miranda Ugolini.	2018	Autoridade Docente no Ensino Fundamental: a escuta de atores de uma escola pública do Distrito Federal	UCB *	Tese	Ciências Humanas Educação

Fonte: BDTD. Elaborado por SOUSA, Suele Aparecida Leite de.

*Universidade Católica de Brasília

Após a leitura do resumo de cada estudo encontrados, destacam-se quatro deles que abordam diretamente a questão da autoridade docente e da indisciplina escolar. No Quadro 8, por descritor, estão quantificados e classificados por níveis os estudos que tiveram uma aproximação com o estudo em pauta.

Quadro 8 – Quantidade e classificação dos estudos que estabelecem relação com o tema da pesquisa em pauta

DESCRIPTOR	DISSERTAÇÃO	TESE	RELAÇÃO COM A PESQUISA
Autoridade Docente		X	2
Indisciplina Escolar	X	-	1
Autoridade Docente e a Indisciplina Escolar	-	X	1
Total	1	3	4

Fonte: BDTD. Elaborado por SOUSA, Suele Aparecida Leite de.

Mediante esse balanço de produção conseguiu-se classificar e organizar os conteúdos com os enfoques específicos das pesquisas realizadas, destacando-se as diversas concepções dos pesquisadores das teses e das dissertações que abordam a importância das pesquisas sobre a autoridade docente e a indisciplina escolar.

São quatro os estudos que trazem contribuições importantes e se identificam com o estudo em pauta. Em relação ao tipo de pesquisa, os quatro estudos optaram pela pesquisa qualitativa, e a maioria trabalhou o Estudo de Caso em escolas públicas. Os quatro estudos selecionados se sustentam nos autores também usados como

referência no estudo em pauta, destacando-se: Hannah Arendt (2000); Aquino (1996); Vasconcellos (2009), Freire (1996) e Abramovay(2005).

Os quatro estudos selecionados no balanço de produção serão incorporados no referencial teórico desta pesquisa, a começar pela tese da Adriana Dias de Oliveira (2015), encontrada com o descritor “Autoridade Docente”, sob o título de “Autoridade Docente no Ensino Médio: compassos e descompassos no contexto contemporâneo”. A autora faz uma análise do universo escolar e suas correspondências com a autoridade docente, realizando uma pesquisa qualitativa do tipo Estudo de Caso, cujos sujeitos foram os alunos e os professores do Ensino Médio, ea fundamentação teórica utilizada, principalmente,foi a ideia da filósofa Hannah Arendt, entre outros autores consultados para a realização da pesquisa: Sennett (2001), Renaut (2005) e Morgado (2010).A tese está dividida em cinco capítulos: o primeiro é a introdução, com as considerações metodológicas e a estrutura do trabalho; o segundo capítulo trata do contexto histórico da autoridade; o terceiro aborda a educação na contemporaneidade: possibilidades e limites; o quarto capítulo tratado universo da pesquisa: a escola e seus agentes; e o quinto e último capítulo fala da percepção sobre a autoridade e a análise dos dados.

Destaca-se que no terceiro capítulo da tese de Oliveira (2015), a autora faz considerações sobre alguns aspectos da sociedade atual e como estes influenciam a autoridade, mostrando fatos que favorecem ou dificultam seu exercício, em que a legalidade da autoridade, atualmente, parte do pressuposto da igualdade das relações.

Oliveira (2015) utiliza a análise de conteúdo de Bardin,estabelecendo categorias que caracterizam os professores, apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Categorias de professores elencados natese de Oliveira(2015)

Professor Autoritário	Preocupação dominante é a transmissão dos conhecimentos e a disciplinarização dos corpos. Relação com os alunos é de confronto.
Professor Amigo	Foco predominante são as relações interpessoais estabelecidas com os alunos não parecendo estar comprometido com a transmissão de conhecimentos.
Professor Burocrático	Não parece envolvido nem com a transmissão de conteúdos e nem possui relações amistosa com os alunos. Laxismo.
Professor Democrático	Busca equilibrar a transmissão do conhecimento com o relacionamento com os alunos. Equilíbrio Instável.

Fonte: Dados retirados da tese de Adriana Dias de Oliveira (2015).

E na perspectiva dos alunos,Oliveira(2015) apresentou as seguintes categorias, organizadas no Quadro 10:

Quadro 10- Categorias dos alunos elencados natese Oliveira (2015).

Aluno Esforçado	Preocupação dominante em adquirir conhecimentos e não se importa muito com a socialização com os pares e conhece a importância da educação, mas não possui repertório suficiente para ter um bom desempenho escolar.
Aluno Desinteressado	Foco predominante são as relações interpessoais estabelecidas com os colegas de classe não estando comprometido com a aprendizagem .
Aluno Indisciplinado	Não parece possuir um movimento com aprendizagem e nem possui relações amistosas com os colegas.
Aluno Dedicado	Busca equilibrar aquisição de conhecimentos com o relacionamento com os pares. Tem entendimento satisfatório

Fonte: Dados retirados da tese de Adriana Dias de Oliveira (2015).

A autoradiz que a autoridade docente é considerada uma referência simbólica, tornando a palavra do professor mais significativa, de modo que o professor é uma figura que merece ser ouvida, pois tem algo relevante a ensinar, não no sentido de uma simples obediência, mas pelo fato de reconhecer sua legitimidade e sua capacidade de instruir o aluno. Assim sendo, a autora chega à conclusão de que a autoridade dos professores sofre variação conforme a escolaridade trabalhada. Diante dos grupos das categorias classificadas dos professores e alunos, Oliveira relata que, conforme a fala dos mesmos, ela percebe que a escola pública precisa caminhar para uma educação democrática, tendo como proposta a construção de um contrato pedagógico e pautando nas regras de convivência, entre outros fatores importantes.

A segunda pesquisa selecionada com esse primeiro descritor também é uma tese de doutorado intitulada “Autoridade docente: pensamento, responsabilidade e reconhecimento”, do ano de 2012, da autora Tânia Gonçalves. A tese de Tânia Gonçalves fundamentou-se na teoria de Hannah Arendt e José Pires Azanha, e está estruturada em três capítulos. A autora destaca que

autoridade do professor reside no seu ofício, e é por ele que o professor é autorizado a introduzir os mais jovens no mundo. Essa autorização decorre dos saberes sobre o mundo, e da instituição escolar que ele, professor, representa. Ou seja, é pelo mundo e por que existe escola que adultos podem assumir publicamente o ofício de ensinar crianças e adolescentes. (GONÇALVES, 2012, p. 152).

Em seu estudo, a importância da autoridade no contexto da docência na educação básica foi entendida por Gonçalves a partir da condição político-social do professor. A autora buscou compreender a educação no mundo contemporâneo, por meio do estudo sobre a autoridade docente, com o seguinte questionamento: É legítimo falar

de autoridade docente quando nos reportamos aos professores da educação básica? E, por que discussões sobre a autoridade docente parecem estar cada vez mais ausentes nas questões sobre a educação? A autora conclui que a autoridade do professor não se baseia na sua pessoa, como capacidades próprias, mas na responsabilidade que o mesmo assume em face da sociedade.

Em relação ao terceiro descritor da presente pesquisa, “Indisciplina Escolar”, destaca-se a dissertação intitulada “Indisciplina Escolar: um estudo sobre os sentidos e significados de professores e alunos”, escrita por Luciana de Paula Albuquerque, em 2011.

A problemática da indisciplina escolar, segundo o estudo da Albuquerque (2011), é um dos principais temas debatidos na área educacional, e, segundo os estudos e pesquisas, suas causas estão sempre relacionadas à motivação dos alunos, à falta de participação dos pais, à falta de infraestrutura da escola, ao despreparo do professor, sendo, até mesmo sendo, sinalizada como causa do fracasso escolar.

Como vimos, a crise da escola, bem como o fracasso escolar são decorrentes de diversos fatores já apontados e estudados por diversos autores. Se por um lado temos o problema como más condições de trabalho professor, baixos salários, má qualidade dos cursos de formação de professores, projetos e metas educacionais incondizentes com a realidade e metodologia de trabalho inadequadas, por outro temos a falta de motivação dos alunos, ausência de participação das famílias, os problemas de saúde, todos largamente enfrentados pelo sistema educacional e amplamente discutidos nas diferentes instâncias: a governamental, a acadêmica, a escolar e a dos profissionais que direta ou indiretamente atuam na relação com a escola. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 132).

Albuquerque (2011) utilizou as teorias de Charlot (2002; 2005), Casassus (2007), Vasconcellos (2009), Patto (2010), Aquino (1996), Rego (1996), Souza (2003), Freire (1996), Bock (2009), Gonzalez Rey (2005), entre outros, que discutem a indisciplina e fatores a ela associados.

Com o quarto descritor “Autoridade Docente e Indisciplina Escolar” identificou-se a tese intitulada “Autoridade docente no ensino fundamental: a escuta de atores de uma escola pública do Distrito Federal”, de Edna Miranda Ugolini, defendida em 2018, cujo objeto central é a questão da autoridade, seguida de diversos problemas que a educação vem enfrentando. É um desafio crescente exercer a autoridade diante das transformações sociais e educacionais, afirma Ugolini (2018), e o maior desafio é exercer a autoridade em sala de aula, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, pois, nessa etapa, os alunos estão entrando na adolescência, havendo

maiores possibilidades de ocorrer conflitos, conforme ressaltam os autores que fundamentaram a pesquisa de Ugolini: Abramovay (2005), Castedo, Alonso e Roales (2010), Pontes (2014), Lima (2015) e Lira (2016).

Ugolini (2018) dividiu seu estudo em três capítulos. A metodologia utilizada foi um estudo qualitativo de cunho descritivo e exploratório, o tipo da pesquisa foi um estudo de caso. Na coleta de dados a autora contou com os instrumentos: documentos, reuniões organizadas por grupos focais formados por alunos e entrevista semiestruturada com professores e equipe pedagógica. Nessa pesquisa, foram analisadas diversas questões, em que os alunos, em determinado momento, puderam manifestar suas opiniões, pois,

[...] a escola deveria abrir espaço para ouvi-los. Eles alegaram não se sentirem pertencentes à escola. Eles queriam opinar, contribuir, participar mais das decisões da escola e para a melhoria do ensino [...] os estudantes relataram ainda que alguns servidores da escola eram grosseiros e mal educados com eles. (UGOLINI, 2018, p. 84).

Nas últimas décadas, afirma Ugolini (2018), foi possível observar que vários fatores influenciaram a autoridade do professor, dificultando-lhe cada vez mais o exercício de sua autoridade. Os anos finais do Ensino Fundamental, que constituem a fase da adolescência, apresentam o maior desafio para os professores no exercício da autoridade docente. Em seu estudo, Ugolini levantou diversas questões, entre as quais a relação professor-aluno, a autoridade usada no cotidiano escolar, destacando a concepção dos alunos, dos professores e da equipe pedagógica, de que os alunos mais novos da escola apresentavam mais problemas de indisciplina, devido a não adaptação ou por não conhecerem ainda as regras da escola. A autora também investigou quais os atores que poderiam influenciar a autoridade, verificando as relações da autoridade docente com sexo, idade, componente curricular, turno e tempo de magistério do professor. Na construção desse estudo, a autora obteve entendimento sobre o quanto a escola necessita ser repensada e reinventada quando se trata da questão da autoridade docente.

Após as leituras dos quatro estudos listados, pôde-se compreender que os seus autores vêm afirmar que o conceito de autoridade assume distintos contornos ao longo da história, articulando-se às noções de hierarquia, poder, obediência, domínio, dentre outras. Seu significado desafia apreender o percurso mediante o qual a sociedade tece

suas tradições, os conhecimentos a serem trabalhados, suas instituições políticas e sociais e os princípios que organizam a vida coletiva.

O levantamento de produção aqui apresentado, realizado no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), também permite afirmar que essa temática vem sendo pouco pesquisada em programas de pós-graduação na área de humanas, necessitando de mais estudos, quer seja na educação, psicologia e sociologia, pois a problemática da indisciplina escolar é uma questão que vem preocupando a todos e, atualmente, se apresenta como argumento para a institucionalização de escolas militares ao longo do território nacional, além de ser considerada uma das causas do fracasso escolar.

3.4 O que é autoridade?

O conceito de autoridade tem sido modificado ao longo do tempo devido aos acontecimentos políticos e sociais; considere-se que, em torno da palavra autoridade, existe uma inegável controvérsia que gera certa confusão e torna enigmático o seu significado.

A questão da autoridade nas relações sociais não é um tema novo. Pode-se dizer que ocupa o pensamento humano na vida pública e privada pelo menos desde a filosofia grega. Hannah Arendt, em sua obra intitulada “Entre o Passado e o Futuro”, apresenta um estudo sobre a origem da palavra e do conceito de autoridade. A autora diz que a autoridade desapareceu do mundo moderno, pois o próprio termo tornou-se confuso e controverso depois de vastas experiências políticas e sociais pelas quais se passou humanidade. O termo autoridade nasceu derivado do latim *autoritas*, que por sua vez deriva do verbo *augere* para exprimir o que, no quadro de uma relação de poder, pode produzir o aumento desse poder. Entretanto, Hannah Arendt (2011) observa que a palavra e o conceito de autoridade são de origem romana, e chama a atenção para fato de que autoridade não é coisa em si, mas é um conceito histórico, e enfatiza:

A autoridade como fator único, senão decisivo, nas comunidades humanas, não existiu sempre, embora tenha atrás de si uma longa história, e as experiências sobre as quais se baseia esse conceito não se acham necessariamente presentes em todos os organismos políticos. A palavra e o conceito são de origem romana. Nem a língua grega, nem as várias experiências políticas da história grega, mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica. Isso é expresso de forma mais clara na filosofia de Platão e Aristóteles, os quais modo inteiramente diverso, mas a partir das mesmas experiências políticas tentaram introduzir

algo de parecido com a autoridade na vida pública da polis grega. (ARENDT, 2011, p. 142-143).

De acordo com Arendt (2011), os filósofos Platão e Aristóteles se aproximaram dessa noção e precederam historicamente as experiências políticas romanas. A história grega não demonstra conhecimentos sobre a autoridade na vida pública. Na civilização grega, a noção de autoridade era ligada à vida privada, em que o chefe da família e dos escravos governava com base na autoridade familiar. Sem dúvida, os romanos sofreram uma grande influência da filosofia grega, mas foram além, puderam pôr em prática a tentativa grega de fundamentação da autoridade devido à própria experiência política desse conceito que os romanos possuíam.

A civilização romana que originou o conceito de autoridade no âmbito público, pois o fundamento da autoridade romana surgiu com base no respeito pelo passado e pelos mais velhos, estes últimos dignos de credibilidade e admiração, pois a autoridade que vinha dos mais velhos não fazia uso da força ou persuasão para se fazer ouvir, o caráter autoritário consistia num conselho e não numa ordem. A criação da palavra e do conceito de autoridade, no contexto da história romana, além de estar presente na esfera política também assumiu aspecto educacional. Para Arendt (2011), a educação por intermédio da autoridade era uma forma de dominação.

Politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional se admite, com os romanos, que sob todas as circunstâncias os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente (sic), que eles são os maiores, por definição. Sempre que o modelo de educação através da autoridade, sem essa convicção fundamental, foi sobreposto ao reino político (e isso sucedeu não poucas vezes, sendo ainda um esteio da argumentação conservadora), serviu basicamente para obscurecer pretensões reais ou ambicionadas ao poder, e fingiu querer educar quando na realidade tinha em mente dominar. (ARENDT, 2011, p.161).

Desta maneira, para exercer a autoridade não se deve confundi-la com dominação, sendo necessário que o educador utilize métodos para que os alunos desde cedo entenda o verdadeiro significado de respeito, como menciona Arendt (2011), a questão da autoridade inclui a responsabilidade. Portanto, a valorização de conceitos sobre a autoridade de um professor pode parecer uma visão conservadora a respeito da educação, pois vivemos em uma sociedade “democrática”. Entretanto me oriento na questão que a autoridade do professor não pode ser vista com a perda de autonomia do aluno.

3.5 Para quê a autoridade?

É comum encontrar, nas salas de aula, alunos que nem sempre estão dispostos a aprender, a ouvir o que o professor expõe, e com isso ocorre uma condição de conflito entre o professor e o aluno, pois diversos fatores interferem no bom andamento das aulas. Destaca-se a questão da diversidade, em que o aluno tem dificuldade em conviver com diferenças existentes, sejam elas físicas, financeiras, socioculturais. Diante dessa situação, a indisciplina e a violência tomam um lugar de destaque no cenário escolar, então é necessário que o professor coloque em prática a autoridade. Nessa perspectiva, exercer uma autoridade docente adequada diante desses conflitos do cotidiano escolar torna-se um desafio a todos os educadores.

Sendo assim, a orientação é de que o professor direcione suas ações de maneira digna com seus conhecimentos e intenções, pois é formador de opinião. Segundo Freire (1996, p. 25), ao compreender que “que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, o professor se manterá aberto ao diálogo e indagações do espaço escolar.

Na atuação docente, espera-se que o professor lance mão da autoridade de maneira que não se confunda com o autoritarismo, pois a autoridade para ser reconhecida não pode conter a persuasão ou a violência, como argumenta Arendt (2011):

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utiliza argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força, como à persuasão através de argumentos. (ARENDR, 2011, p.129).

Assim, a relação estabelecida entre o professor e alunos passa a ser construída por ambos, em comum acordo, que conduz os alunos a aceitar e entender as regras como posturas a serem tomadas e com as possibilidades de mudança. Dessa forma, cria-se uma rotina disciplinada, em que o aluno participa ativamente das atividades escolares, envolvendo-se nas tomadas de decisão e estabelecimento de regras,

questionando o professor, relacionando-se com seus colegas, discutindo e opinando sobre as questões colocadas em sala de aula.

Um dos problemas que aflige os alunos e preocupa também os professores provém da própria natureza das suas relações: o “excesso” da autoridade, ou seja, o autoritarismo, segundo Vasconcellos:

Sem autoridade não se faz educação; o aluno precisa dela, seja para se orientar, seja para poder opor-se (o conflito com a autoridade é normal, especialmente no adolescente), no processo de constituição de sua personalidade. O que se critica é o autoritarismo, que é a negação da verdadeira autoridade, pois se baseia na coisificação, na domesticação do outro (VASCONCELLOS, 1997, p. 248).

Dessa forma, a autoridade quando utilizada na intenção de orientar os alunos, é necessária, pois o professor está pondo em prática a sua responsabilidade que é de formar os alunos para a cidadania. E é isso que propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96, no artigo 2º, ao estabelecer que dentre os objetivos da educação, preparar as pessoas para atuar de forma cidadã. A autoridade faz parte da relação professor-aluno e isso não é errado e sim necessário, porém, precisa ser realizada de forma eficaz, para orientar os alunos a se disciplinarem. Desta feita, Freire (1996, p. 36) esclarece que:

[...] a segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

Nesse sentido, quando o educador faz uso da autoridade não assume para si vantagens pessoais, mas age em prol dos alunos. Essa relação que se estabelece entre eles pauta-se no respeito e na obediência voluntária para que os alunos desenvolvam autonomia para democraticamente traçarem as normas que, desta forma, tem maior possibilidade de ser acatada e respeitada por todos.

De acordo com Arendt (2011), o professor tem a responsabilidade de conhecer o mundo, e teria autoridade por saber mais e também por enxergar o mundo de maneira mais ampla, porém, a autoridade do educador se assenta na responsabilidade que ele

tem por este mundo. A autoridade do educador reside na responsabilidade que ele tem em mostrar à criança o funcionamento do mundo em que ela está inserida.

Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Em face da criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo. (ARENDDT, 2011, p. 239).

Arendt (2011) alerta para o fato de que quando o adulto recusa essa responsabilidade, não há educação. Para essa autora, autoridade é uma atitude conservadora em relação à proteção da criança que está começando a conhecer o mundo. Entretanto, constata-se que a autoridade, sendo uma responsabilidade, servirá de guia para os alunos, de modo que o educador precisa assumir essa autoridade, permitindo aos alunos que adquiram novas atitudes para a melhoria da sociedade.

Dessa forma, entende-se que o ato de ensinar por meio de uma autoridade coerente exige bom senso por parte do professor, como escreveu Freire (1996) o bom senso que o professor precisa ter deve partir de uma reflexão na relação professor-aluno, é preciso colocá-lo em prática no dia a dia da escola.

3.6 Crise da autoridade docente

A autoridade, no âmbito educacional, constitui tarefa da maior importância na atualidade, considerando-se a flagrante crise que assola esse campo, expressa no discurso docente, sob a forma do que considera comportamento de desrespeito e indisciplina, manifesto em condutas do aluno, que vão desde a recusa em realizar atividades escolares à violência explícita no cotidiano dos espaços educativos. Portanto, fica entre essas relações a questão da crise da autoridade docente que invade o cenário educativo devido aos diversos fatores relacionados ao comportamento dos alunos e à atitude que os docentes devem ter diante de tal comportamento.

Indo ao encontro da pensadora clássica Hannah Arendt(2011), a crise na autoridade e, conseqüentemente, a crise na educação, segundo essa autora, essa crise está historicamente relacionada à perda da tradição, que faz parte, inclusive, de uma crise mais extensa: crise da autoridade, da tradição, da política, do espaço público, da responsabilidade, e que acaba se infiltrando diretamente na educação. Para Arendt,

“com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança, através dos vastos domínios do passado” (ARENDDT, 2011, p.130).

Nesse sentido, a perda de tradição coloca o passado em perigo à medida que ameaça esquecer esse passado, e, esquecendo o passado, perderá a importância da existência humana. Nessa perspectiva, Arendt traz argumentações importantes sobre a autoridade, afirmando que autoridade está enraizada no passado, portanto, ela dá ao mundo permanência e durabilidade.

Sua perda é equivalente à perda do fundamento do mundo, que, com efeito, começou desde então a mudar, a se modificar e transformar com rapidez sempre crescente de uma forma para outra, como se estivéssemos vivendo e lutando com um universo protéico, onde todas as coisas, a qualquer momento, podem se tornar praticamente qualquer outra coisa. Mas a perda da permanência e da segurança do mundo – que politicamente é idêntica à perda da autoridade – não acarreta, pelo menos não necessariamente, a perda da capacidade humana de construir, preservar e cuidar de um mundo que nos pode sobreviver e permanecer um lugar adequado à vida para os que vêm após. (ARENDDT, 2011, p.132).

Na sociedade atual, onde o novo ocupa lugar de destaque, isso em todos os aspectos, inclusive nas questões dos valores morais que foram se perdendo ao longo do avanço do mundo moderno, pode-se destacar a “autoridade”, cujo verdadeiro significado também foi sendo modificado ao longo da história da sociedade. Como se tem observado no ambiente familiar, os filhos já não respeitam os mais velhos, e na educação escolar não está sendo diferente, pois a autoridade do professor também não está recebendo o devido valor.

A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude perante o âmbito do passado. É sobremodo difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado. (ARENDDT, 2011, p. 243-244).

Nessa perspectiva, o fator essencial da crise da autoridade que ocorre dentro do ambiente educativo está no fato de que, no passado, a legitimidade da autoridade se garantia pela tradição, em uma relação aparentemente natural. No entanto, Aquino (1996) sugere que a crise da educação pode mostrar que, de alguma maneira, há, nas escolas contemporâneas, certas ambiguidades paradigmáticas e éticas, o que, em outras palavras, quer dizer que é possível que a escola esteja sendo “gerida para um determinado tipo de sujeito e sendo ocupada por outro” (AQUINO, 1996, p.45).

Dessa maneira, cabe aos docentes questionar sobre suas prioridades na sua atuação profissional diante dos conflitos existentes na sala de aula. Portanto, é necessário um posicionamento ético efetivo por parte do profissional da educação. No que se refere à sala de aula, deve funcionar como um jogo, no sentido de que todo jogo tem uma regra, sendo assim, é importante que o professor apresente a regra do jogo para os alunos.

Quando o docente exerce uma autoridade segura, não é necessário que se autoafirme a cada instante, pois a autoridade é estabelecida a partir da sua competência profissional, sendo que a incompetência profissional acaba desqualificando a autoridade do docente. Nessa perspectiva, tornam-se inseparáveis o ensino dos conteúdos e a formação ética dos educandos.

Entretanto, na concepção de Arendt (2011), o educador deve ser um mediador entre o velho e o novo, e dever respeito ao passado, como um modelo, pois, segundo a autora, o grande problema da educação no mundo moderno está na relação de que a educação não pode abrir mão nem da autoridade e tampouco da tradição. Assim, cabe aos adultos, em relação à educação das crianças e jovens,

ter, em relação a eles, uma atitude radicalmente diversa da que guardamos um para com o outro. Cumpre divorciarmos decisivamente o âmbito da educação dos demais, e acima de tudo a vida pública e política, para aplicar exclusivamente a ele um conceito de autoridade e uma atitude face ao passado que lhe são apropriados, mas não possuem validade geral, não devendo reclamar uma aplicação generalizada no mundo dos adultos. (ARENDR, 2011, p. 246).

Para a referida autora, “a educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos” (ARENDR, 2011, p. 247). Portanto, compreende-se que, mesmo em meio à crise, os educadores, juntamente com o apoio da escola, devem exercer sua função principal que é de ensinar as crianças como o mundo é, pois, através da educação é que se decide amar o mundo para se responsabilizar por ele.

3.7 Construção da autoridade docente

Na construção da relação entre o professor e o aluno há diversos desafios, a partir da compreensão de que os alunos trazem consigo uma bagagem cultural para o ambiente escolar, e isso se reflete diretamente no processo educacional como um todo.

Desse modo, na construção da autoridade é necessário que haja uma relação afetiva entre as partes, trazendo assim resultados adequados para o trabalho pedagógico e favorecendo o processo de aprendizagem.

Araújo (1999), ao falar sobre respeito e autoridade docente parte do seguinte questionamento: o que significa autoridade? Como se constitui a figura da autoridade? Sabendo que existem diversos significados para esse termo, torna-se difícil chegar a uma única compreensão:

[...] Podemos entender que a autoridade se constitui de duas maneiras distintas: por uma investidura propiciada pela hierarquização nas relações sociais, como é o caso dos agentes, delegados, magistrados do poder público, e – por que não dizer, também – dos professores e professoras; por uma investidura propiciada pelo prestígio e pela competência. O exercício da autoridade, também me parece, pode ocorrer de duas maneiras: pelo domínio, pelo direito de fazer obedecer e pelo poder institucionalizado; e, por outro lado, pela influência e/ou prestígio da pessoa que demonstra competência em determinado assunto. (ARAÚJO, 1999, p. 41).

Esse autor distingue o termo autoridade em dois tipos: “a autoridade autoritária; e a autoridade por competência”, sendo que a autoridade autoritária se constitui em uma relação unilateral, e autoridade por competência se estabelece nas relações de respeito mútuo. Para isso, a autoridade do professor precisa evitar atitudes autoritárias, pois uma autoridade responsável deve ser praticada de acordo com as necessidades do processo do ensino, considerando a autonomia dos alunos.

Desse modo, Abramovay (2005) esclarece, com muita propriedade, que “a indisciplina pode colaborar para a deterioração das relações entre os atores escolares”, porém, por outro caminho, o conflito em relação à indisciplina, segundo ela “também pode constituir-se em um conflito positivo que adverte para a importância de rever rumos e rotas escolares” (ABRAMOVAY, 2005, p.103). Entretanto, a autora compreende que o docente, juntamente com todos na escola, precisa rever sempre a sua prática pedagógica, repensando suas metodologias diante dos conflitos existentes em seu cotidiano, pois, de acordo com a necessidade, deve pensar na possibilidade de traçar novos rumos para o processo de ensino e aprendizagem, levando em conta também a singularidade dos atores escolares.

Vive-se, hoje, uma época de importantes transformações sociais, em que a rapidez e a complexidade dessas transformações acabam se refletindo no ambiente educacional. Nesse contexto, nota-se que as escolas apresentam diversos problemas, que vão desde a atribuição do seu papel social às questões que envolvem a prática

pedagógica no cotidiano escolar. É comum observar no dia a dia das escolas um clima de certa insegurança, demonstrado pelos educadores, frente à indisciplina praticada pelos alunos, ao desafio da disciplina, e dos limites necessários em sala de aula.

No cotidiano escolar, os educadores são confrontados com situações envolvendo a indisciplina e a tão questionada violência escolar, que causam a sensação de impotência entre os docentes. Eles tentam manter a disciplina e a harmonia durante as aulas, utilizando os instrumentos que possuem, mas, na maioria das vezes, os atos voltam a se repetir, deixando-os de mãos atadas, como menciona Júlio Groppa Aquino:

Como se pode notar, os educadores quase sempre acabam padecendo uma espécie de sentimento de “mãos atadas”, quando confrontados com situações atípicas em relação ao plácido ideário pedagógico. Entretanto, o cotidiano escolar é pródigo em eventos alheios a esse ideário padrão. E os efeitos representam, sem dúvida, a parcela mais onerosa de tais vicissitudes. (AQUINO, 1998, p. 9).

Um dos maiores desafios na escola é a questão da disciplina e da ordem em sala de aula, onde muitos professores têm dificuldade de lidar com essa questão, e isso acaba prejudicando o processo de ensino e aprendizagem. Aquino (1998) argumenta que umas das causas da crise na educação e do fracasso escolar é a indisciplina. Pode-se dizer que, na visão de muitos professores e gestores, alunos indisciplinados, que não têm respeito nem limites ou que simplesmente mostram-se desinteressados em relação à escola, estariam impedindo os professores de efetivarem tarefa pedagógica e seriam os responsáveis pelo fracasso escolar.

Muitos são os discursos, continua Aquino (1988), de que a indisciplina é um problema atual, porém percebe-se que isso não é verdade, pois o modelo de educação tradicional era bem diferente em relação ao modelo de educação atual, mas a indisciplina já existia, somente a forma de enfrentamento era diferente. Ao analisar a história da educação, diz o mesmo autor, constata-se que nem todas as crianças tinham o dever de frequentar uma escola. No passado era muito simples ter o “controle” da sala de aula, pois os professores usavam instrumentos autoritários, a homogeneidade pairava sobre as turmas, os alunos deveriam aprender todos no mesmo ritmo, o professor em sua prática acabava excluindo vários alunos, pois não respeitava as diferenças entre eles, praticando a violência e a coação em sua prática pedagógica. Contudo, à época, essas atitudes eram consideradas legítimas na educação.

Nos dias atuais, há leis específicas para a educação que anulam toda forma de autoritarismo em sala de aula. Segundo a atual LDB, n. 9394-96, no art.6º, todas as crianças, a partir dos quatro anos, precisam ir para a escola. Assim, “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (Lei nº 12.796, de 2013).

A indisciplina na escola possui diferentes motivos e é considerada a maior causadora da violência ocorrida nas escolas. As causas estão nos problemas familiares, na inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, no abuso e na violência doméstica, nas carências sociais, influências negativas, entre outras.

Diante desses fatos é comum encontrar professores que desanimam e se amedrontam frente a situações de indisciplina em sala de aula. É um fator que causa danos ao professor e ao processo ensino-aprendizagem, prejudicando também o próprio aluno indisciplinado que pouco aproveitará do que é ensinado em sala de aula. Na percepção de Aquino (1996, p.40),

os relatos dos professores testemunham que a questão disciplinar é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais quanto ao trabalho escolar. Segundo eles, o ensino teria como um dos seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos traduzida em termos como: bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade, etc.

A escola, portanto, tem dificuldade de lidar com essa situação de indisciplina que gera a violência física e verbal entre as crianças. Para combater esse problema uma recomenda-se que a família e a escola sejam parceiras, pois,

A indisciplina é considerada um dos fatores que mais influencia o fracasso escolar. Não obstante a esse fato, hoje em dia é muito comum ouvirmos relatos de professores desgastados pela falta de disciplina de seus alunos, atitudes geradoras de violência dentro e fora de sala de aula. É um fator que causa danos aos professores e ao processo de ensino-aprendizagem, prejudicando também o aluno que pouco aproveita do que é ensinado em sala de aula. Além disso, representa um transtorno não só para professores e coordenadores pedagógicos, supervisores, diretores, mas também para os pais que, além de terem que lidar no dia a dia com o problema de comportamento de seus filhos em casa e na rua, ainda recebem constantes reclamações por parte dos professores sobre as atitudes dos mesmos na escola. (OLIVEIRA, 2005 p.14).

Assim, pode-se afirmar, de acordo com Oliveira (2005), que essa é a realidade da educação, pois é uma tarefa árdua para o professor enfrentar o problema da indisciplina escolar — conviver com o excesso de conversa, bagunça, entre outros atos que podem ser considerados indisciplina. Como relata Vasconcellos (2013),

entendemos que antes de mais nada, a responsabilidade nas questões da aprendizagem e da disciplina é do professor. Evidentemente, o professor pode pedir ajuda da orientação, da direção, da coordenação, dos pais, mas digamos assim, ele é o “capitão do navio”, ele é que está coordenando esse processo. (VASCONCELLOS, 2013, p.09).

Entende-se, então, que o professor tem que se qualificar para conseguir coordenar os conflitos existentes na sala de aula, para que não atrapalhem o andamento das aulas. No atual modelo de educação, “poder-se-ia dizer, inclusive, que há uma espécie de ‘mal-estar’ pairando sobre a escola e o trabalho do professor hoje em dia”, (AQUINO 1998, p 2).O autor esclarece que devido à existência desses conflitos no espaço escolar, o trabalho do professor está sendo posto em xeque, perdendo, assim, a credibilidade.

Não existe um manual pronto e acabado para instruir os professores em sua prática pedagógica nem no domínio da sala de aula para conseguirem alcançar os objetivos propostos para suas aulas. Até porque cada sala de aula possui realidades distintas, e nas escolas em geral encontraram-se grandes diversidades culturais, sociais e de pensamento, portanto, a ideia de elaborar um manual ou um guia unificado para essas finalidades é praticamente impossível.

Por outro lado, percebe-se a necessidade de os assuntos relacionados aos conflitos que surgem no cotidiano escolar serem apresentados aos professores durante a formação acadêmica, para que esses profissionais, quando se depararem com essas situações adversas, consigam desempenhar um trabalho de qualidade, mesmo com todas as adversidades presentes.

Quando se pensa em indisciplina escolar logo vêm à mente aqueles alunos que não ouvem os comandos dos professores, e por algum motivo apresentam dificuldades em cumprir regras estabelecidas. Enfim, ao recordar tantas situações de conflito faz com que se reflita sobre a prática pedagógica, na expectativa de buscar alternativas para minimizar o problema da indisciplina, e, principalmente, compreender os motivos de as crianças agirem de forma indisciplinada, sem limites, com tanta dificuldade de respeitar regras.

É comum ouvir o discurso de professores em relação às causas da indisciplina, dizendo que as crianças têm determinada atitude devido à ausência de regras e valores impostos pela família, mas será que esse discurso tem algum fundamento? Entende-se que os pais, as famílias, precisam orientar seus filhos desde pequenos, ensinando-lhes a

necessidade de respeitarmos regras, do respeito ao próximo, de ouvir os comandos do professor, entre outros, mas considera-se que a causa não é apenas essa. Isto porque em todos os setores da sociedade existem regras para serem cumpridas, que auxiliam sua organização. Se, por algum motivo, o indivíduo infringir as regras, sempre haverá implicações. Por exemplo, se alguma regra de trânsito for descumprida a consequência pode ser uma multa ou até mesmo algo mais grave: um acidente.

No processo de ensino e aprendizagem, os professores se deparam com alunos com personalidades inquietas, no sentido da prática constante de indisciplina. Esses alunos são denominados alunos-problema, segundo Aquino (1998, p.3), e responsabilizados pelo fracasso escolar:

O aluno-problema é tomado, em geral, como aquele que padece de certos supostos "distúrbios psico/pedagógicos"; distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva (os tais "distúrbios de aprendizagem") ou de natureza comportamental, e nessa última categoria enquadra-se um grande conjunto de ações que chamamos usualmente de "indisciplinadas". Dessa forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente.

O autor menciona que ao considerar o aluno-problema um “atrapalho” para o desenvolvimento da prática pedagógica, automaticamente o professor poderá cometer uma falha ética, pois “não se pode atribuir à clientela escolar a responsabilidade pelas dificuldades e contratempos de nosso trabalho, nossos ‘acidentes de percurso’.” (AQUINO, 1998, p. 4).

Inclusive, é possível que se tenha que admitir que a causa da indisciplina possa ser o próprio professor, porque estudantes podem ser considerados indisciplinados com determinados docentes e não com outros, então, o que tais atitudes expressam?

O professor precisa evitar atitudes autoritárias, pois uma autoridade responsável deve ser praticada de acordo com as necessidades do processo de aprendizagem considerando-se a autonomia dos alunos.

3.8 Disciplina e indisciplina no contexto escolar: algumas definições

No campo pedagógico, a disciplina em sala de aula é uma temática bastante relevante a ser estudada por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na socialização e na prática pedagógica. “A disciplina escolar não se identifica com

ordem, e sim com práticas que têm diferentes tipos de exigência” (PARRAT-DAYAN 2008, p. 20). Sabe-se que a disciplina é essencial para várias situações do nosso cotidiano, que vai da simples realização da prática pessoal até o controle da manutenção da ordem para que a sociedade consiga conviver em harmonia. Assim, também a disciplina faz parte da escola, assumindo a função de facilitadora nas relações presentes no processo de ensino e aprendizagem.

Então, como definir disciplina?

No sentido mais geral, a disciplina aparece como um conjunto de regras e obrigações de um determinado grupo social e que vem acompanhado de sanções nos casos em que as regras e/ou obrigações forem desrespeitadas. Um dicionário atualizado de educação diz que a disciplina é um conjunto de regras de conduta estabelecida para manter a ordem e o desenvolvimento normal de atividades em uma aula ou num estabelecimento escolar. (PARRAT-DAYAN, 2008, p, 20).

Partindo-se do pressuposto de que a disciplina é utilizada para manter a ordem, ela pode aparecer de forma positiva e negativa na ação docente. Positiva quando o professor a usa para orientar o aluno, sem o uso da coerção, em que o aluno reconhece a autoridade do professor sem a presença do temor da penalidade, ou até mesmo a espera da recompensa. Negativa, justamente quando utiliza à ação coercitiva, quando há a presença excessiva de “disciplina e obediência ou disciplina e submissão, a disciplina pode ser até negativa” (PARRAT-DAYAN, 2008, p.20).

Todavia, a disciplina não é um conceito negativo, pois a necessidade de respeitar e obedecer às regras estão presentes em todos os setores da sociedade, considerando-se que é por meio da disciplina que a sociedade pode entrar na cultura da responsabilidade. Dessa forma, é impossível imaginar a escola sem a presença da disciplina, mas com a compreensão que a disciplina é um termo polissêmico, podendo apresentar diferentes sentidos.

A indisciplina tem sido marcada pelos docentes como uma das grandes dificuldades para a realização do trabalho pedagógico. Para Garcia (2008, p. 61), o tema indisciplina “[...] vem se destacando na literatura educacional contemporânea e tem se apresentado como um dos elementos principais do debate sobre o cotidiano escolar”. Nessa direção, cabe refletir sobre o porquê e de que forma surgem os problemas de indisciplina:

Os problemas de indisciplina traduzem-se de diferentes maneiras. Por exemplo, por meio de condutas como rejeitar a aprendizagem, faltar à aula, não levar os materiais escolares ou não fazer as tarefas. Outra forma é o

desrespeito às normas elementares de conduta sem que exista necessariamente a intenção de molestar. (PARRAT- DAYAN, 2008, p. 21).

O conceito de indisciplina pode ser interpretado de diversas maneiras. “Assim, a questão pode ser observada a partir de diferente marco de referência: do aluno, do professor ou da escola” (PARRAT- DAYAN 2008, p. 21). Partindo dessa concepção chega-se à compreensão de que a indisciplina não é um fato estático, pois, dependendo do marco de referência que é analisado, poderá apresentar diferentes características.

A indisciplina é a plena manifestação de um conflito e aparece nas escolas de modo cada vez mais intenso, portanto, ela pode ser considerada um indicador de que algo não está bem, seja relacionado à prática pedagógica do professor, às questões pessoais e subjetivas dos alunos, à estrutura, à gestão escolar, dentre outras causas. Assim,

a indisciplina pode ser a resposta ou a reação ao desconforto sentido pelo(s) discente(s) com a postura do professor, com a proposta didático-pedagógica, com o clima geral da sala de aula ou da escola; pode indicar uma necessidade legítima de transformação no interior das relações escolares e, em particular, na relação professor-aluno (AQUINO, 1998 *apud* TIELLET, 2020, p.5-6).

Como se observa, a indisciplina pode ocorrer por diversos motivos, e para lidar com esse fator cada caso precisa ser analisado individualmente, considerando-se o contexto vivido. É preciso, então, proporcionar a construção da disciplina no espaço escolar, pois a indisciplina na sala de aula pode ser avaliada sob várias perspectivas. Por isso, a necessidade de o professor estudar a indisciplina existente na sua realidade, conhecer seus alunos, ser flexível e reflexivo quanto ao contexto em que está inserido, pois, entende-se que quando se descobre a causa da indisciplina é possível saber que tipo de ação adotar, porque se abre um caminho de solução para enfrentar o problema que se tem.

3.9 As possíveis causas da indisciplina escolar

Certamente que é do interesse de todos os professores saber qual a melhor maneira de lidar com a indisciplina, mas isso é uma questão difícil devido às diversas formas que ela se apresenta no ambiente escolar. É necessário conhecer o problema em busca do entendimento sobre os motivos que promovem a indisciplina.

[...] se os professores tiverem clareza dos fatores que geram a indisciplina, poderão perceber o porquê das atitudes “desviantes” dos alunos, ou seja, conhecer as raízes dos problemas daqueles que são rotulados de indisciplinados, como, também, fazer uma auto-reflexão sobre sua prática frente a esse tipo de comportamento (OLIVEIRA, 2005, p. 49).

É comum que professores se deparem com situações de indisciplina, situações essas quase sempre embaraçosas, que fazem com que os professores repensem sobre sua prática pedagógica diante daquele aluno indisciplinado, muitas vezes considerado “aluno-problema”. Diante da indisciplina, é comum os professores chegarem à conclusão que os alunos agem de determinada forma pela falta de limites dada pelos pais, e assim o problema vai sendo terceirizado, sendo que a indisciplina também é um problema da escola. Mas, afinal, quais são as causas da indisciplina no ambiente escolar?

Na percepção de Alves (2006), as escolas declaram que as causas da indisciplina são motivos diversos, e em muitas situações ausentam o professor de qualquer responsabilidade. No entanto,

ao contrário do que se imagina, as razões pelas quais a (in) disciplina ocorre estão direta ou indiretamente distribuídas, igualmente, entre a escola, os familiares, a ausência de limites, as desigualdades sociais, o aluno e o professor. Embora as justificativas estejam centradas, quase sempre, em problemas na família, em influências da televisão, da sociedade, da mídia como um todo, nas carências, as mais diversas, exclui-se o educador de qualquer responsabilidade. (ALVES 2006, p. 17).

Em uma perspectiva mais ampla, percebe-se que a indisciplina pode ter múltiplas causas, internas e externas à escola.

As causas para a indisciplina podem ter origem externas ou internas à escola. As causas externas podem ser vistas na relativa influência dos meios de comunicação, na violência social e também no ambiente familiar. O divórcio, a droga, o desemprego, a pobreza, a moradia inadequada, a ausência de valores, a anomia familiar, a desistência por parte de alguns pais de educar seus filhos, a permissividade sem limites, a violência doméstica e a agressividade de alguns pais com os professores podem estar na raiz do problema. (PARRAT- DAYAN, 2008, p. 55).

Nessa direção, o professor precisa entender os motivos da indisciplina no contexto de sua sala de aula para encontrara forma mais coerente de agir, pois compreende-se que é responsabilidade da escola buscar soluções, considerando-se que as causas da indisciplina podem também estar relacionadas às seguintes situações:

- O autoritarismo do professor/escola com regras excessivas sem levar em consideração a autonomia dos alunos;
- Conteúdos e metodologias desinteressantes, deixando as aulas monótonas sem atrair a atenção e a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem;

- Contexto familiar, desemprego, problemas e conflitos familiares, a compreensão sobre o mundo (valores) e a forma de educar, dentre outros;
- Personalidade do aluno, em destaque os casos de alunos hiperativos; a falta de confiança, alunos que têm a visão extremamente negativa das coisas; por ter sofrido *bullying*, ou outras formas de violência.

Para aprofundar mais sobre as causas da indisciplina recorre-se à ideia de Oliveira (2005), que, na discussão sobre alguns determinantes da indisciplina, dividiu-a em dois grupos: o primeiro inclui os fatores psicossociais; o segundo, os fatores pedagógicos. Isto porque toda a indisciplina é ocasionada por algum motivo, e sua causa não é uma simples ação, mas uma reação de algo vivido.

Nos fatores psicossociais, a autora destaca como determinantes a família, a mídia, a diversidade entre os alunos, problemas de distúrbios de atenção e a carência afetiva. Em relação ao fator família, a autora chama a atenção para o fato de que muitas famílias se encontram desorientadas: “os familiares, às vezes, se agridem frente às crianças, algumas são alcoólatras, drogadas, violentas ou ausentes e não sabem como impor limites” (OLIVEIRA, 2005, p.51). A autora também esclarece que a mídia dificulta a educação das crianças, com programações que incentivam a violência e a rebeldia. Por inúmeros motivos, os pais, na maioria das vezes, não conseguem controlar ou ter uma vigilância maior sobre o que os seus filhos estão assistindo. Com isso, muito do que as crianças assistem, por exemplo, cenas de agressão, podem reproduzi-las no espaço escolar.

O fator diversidade, ou seja, as diferenças existentes entre os alunos do ponto de vista econômico também podem contribuir para a indisciplina se os profissionais da educação não souberem lidar com isso. Os profissionais da educação precisam ter o pleno entendimento que os comportamentos das crianças são o reflexo do que eles apreendem no cotidiano familiar. Desta forma, o professor tem que agir com sabedoria, considerando toda a diversidade presente em sua realidade.

Em relação aos problemas de distúrbio de atenção dos alunos, no espaço escolar podemos encontrar diversos alunos com algum distúrbio de atenção. Oliveira (2005) cita como exemplo atitudes de hiperatividade, problemas visuais, deficiência mental, que podem dificultar a concentração e a atenção da criança, e a esse incômodo a indisciplina se apresenta como reação. O último fator destacado pela autora no primeiro

grupo é a questão da carência afetiva, a falta de carinho e de atenção dada pela família, em que essa carência pode acarretar problemas de comportamento. Sendo assim, há a necessidade da relação afetiva entre o professor e o aluno. O aluno que não tem atenção e carinho em casa, e ao chegar à escola também for tratado com indiferença, poderá apresentar comportamentos de indisciplina, pois tal atitude desviante vai retratar uma carência que ele está vivendo.

No segundo grupo sobre os determinantes da indisciplina, que Oliveira (2005) denomina de fatores pedagógicos, estão: a imposição ou a falta de regras, a busca do “clima ideal” em sala de aula, os cursos de formação de professores, a proposta pedagógica da escola e o sistema educacional e a escola. Mas de que modo esses fatores pedagógicos destacados pela autora podem ser considerados determinantes da indisciplina?

Na imposição ou falta de regras é preciso compreender que as coisas só vão funcionar no espaço escolar se as decisões forem tomadas na medida certa, considerando a autonomia dos alunos. Assim, os alunos precisam ter noção da importância das regras existentes na escola, e é importante também que o aluno participe da construção de determinadas regras. É preciso que os alunos tenham o pleno entendimento do valor de cada regra existente e sua importância para o ambiente escolar.

Sobre a busca do “clima ideal” em sala de aula, Oliveira (2005) ressalta que, muitas vezes, os educadores ficam a todo o momento chamando a atenção dos alunos para sua aula, pedindo silêncio e não observam que vários fatores podem contribuir para que os alunos não se concentrem nas aulas e não atendamos comandos dados. Por exemplo, a questão do espaço físico, falta de ventilação, cadeiras inadequadas, número excessivo de alunos, e nessa busca de um clima ideal, todos esses contratempos acabam desgastando a relação entre o professor e o aluno. Sendo assim, compreende-se a importância de os professores planejarem suas aulas partindo da situação real da sua sala de aula.

Outro fator considerado determinante é que os assuntos relacionados aos aspectos disciplinares não são aprofundados durante a graduação, nos cursos de formação de professores. E se os professores não são ensinados durante a sua formação a lidar com a diversidade em sua sala de aula, eles poderão agir de maneira discriminatória com os alunos que não atendem o perfil que os docentes consideram

ideal. Com isso, os professores poderão gerar atitudes autoritárias, não recomendáveis para a prática pedagógica, e, em consequência, produzirão novos de conflitos. “Isso é preocupante porque a postura que o professor adota em sala de aula e na escola é marcante para o aluno, já que sua responsabilidade no processo educativo é sempre grande” (OLIVEIRA, 2005, p.67).

Outro determinante é a prática pedagógica, a forma com que os conteúdos são abordados, em que, em muitos casos, a indisciplina aparece porque os alunos não compreenderam o conteúdo ou porque a metodologia utilizada era exaustiva e sem interação. Nessas situações, o professor pode variar suas metodologias, trabalhando com métodos estimulantes e interativos em relação aos alunos. A formação escolar do aluno, na maioria das vezes, se ampara na motivação, na atenção dada pelo professor. Logo, o professor precisa ter uma didática, planejar suas ações de forma que encante os alunos e assim alcance êxito ao apresentar os conteúdos das matérias de forma clara e objetiva.

No último determinante deste segundo grupo destaca-se o sistema educacional e a escola. Conforme ressalta Oliveira (2005, p.71), “a escola, nas últimas décadas, passou por transformações que interferiram diretamente em sua dinâmica, aumentando a incidência da indisciplina”. Compreende-se, então, a necessidade de a escola acompanhar e estudar todas essas transformações. Somente assim saberá de que forma agir em cada situação, pois é fundamental que a escola/professor conheça a realidade dos seus alunos.

Essas possíveis causas citadas trazem o entendimento de que enfrentar a indisciplina na atualidade exige dos profissionais da educação uma postura democrática e dialógica, que compreenda a especificidade de cada aluno, considerando-o sujeito em processo de formação e que necessita de orientação.

4 AUTORIDADE DOCENTE E INDISCIPLINA NA ESCOLA: A VOZ DOS PROFESSORES

Nesta seção, discorre-se sobre a sistematização e as análises de dados da pesquisa, organizadas em duas etapas: inicialmente, apresenta-se a análise das fontes documentais— Caderno de Ocorrência e Regimento Escolar. O conhecimento e a análise desses documentos foram necessários para identificar professores, disciplinas, e o nível de ensino em que ocorreu o maior número de manifestações de indisciplina dos alunos, a organização da escola e suas normas. Na segunda etapa, estão as análises das entrevistas, mediante as quais foi possível distinguir ações de enfrentamento da indisciplina entre os professores que não reclamam dos problemas e dos que manifestam experienciar em suas aulas ações e comportamentos assim denominados; também foi possível conhecer a dinâmica da indisciplina descrita pelos professores, e compreender de que forma se constrói a relação entre a autoridade docente diante da indisciplina escolar. Afirma-se que cada etapa de coleta de dados foi fundamental para atingir o objetivo proposto no processo de desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Cáceres-MT, nomeada de Escola Estadual Flor de Liz, localizada em uma comunidade na periferia da cidade composta de famílias de baixa renda, em que a maioria dos pais ou responsáveis possui nível educacional que atinge o Ensino Fundamental. A profissão dos pais está condicionada à função de empregos domésticos e autônomos, atingindo renda salarial de até três salários mínimos.

A escola situa-se em uma localidade que apresenta saneamento básico precário, constata-se que a violência está presente no cotidiano da comunidade do entorno da escola, e isto, reflete no comportamento dos alunos, isto é um fator que preocupa todos da gestão escolar, o seu entorno e sociedade no geral.

4.1 Fontes Documentais

A análise documental foi a primeira etapa da pesquisa e teve como materiais para a análise, as anotações sobre documentos presentes na escola, especialmente o Caderno de Ocorrências, as normas do Regimento Escolar e as informações contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

4.1.1 Caderno de Ocorrência: o que mostram os registros acerca da indisciplina

O primeiro documento analisado para a etapa de coleta de dados foi o Caderno de Ocorrência da escola, referente ao ano letivo de 2019, documento destinado ao registro dos fatos relacionados aos alunos, funcionários e professores, ocorridos no interior do estabelecimento de ensino, que serve de respaldo para a tomada de decisões. Cabe ressaltar que, na escola, os registros são descritos em um caderno simples de capa dura que fica sob a responsabilidade das coordenadoras da escola e são organizados por elas, que vão registrando todos os fatos ocorridos na escola de maneira geral.

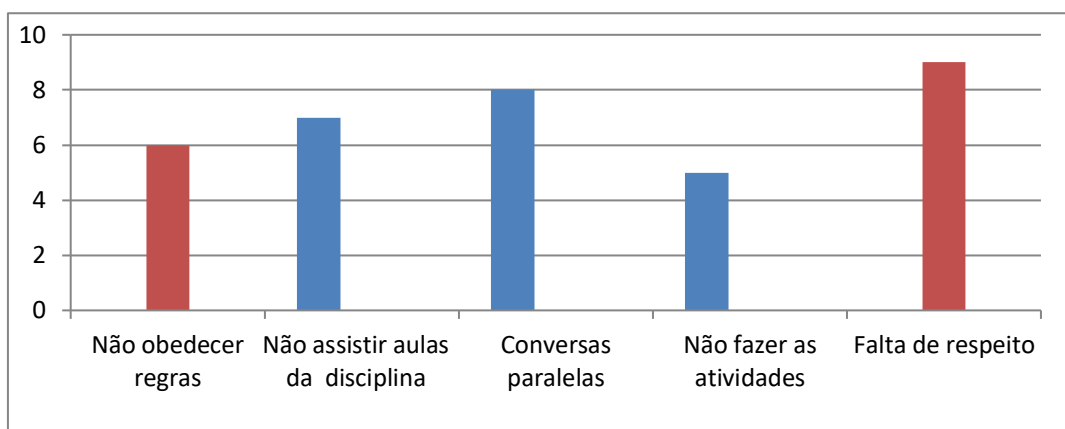
A análise desse documento foi importante para o andamento da pesquisa, pois durante o processo de leitura desse documento foi possível identificar as turmas onde ocorreu maior incidência de indisciplina, os professores que registraram esse problema e a escolha dos sujeitos para a análise.

Conforme já mencionado, esse documento fica sob a responsabilidade das coordenadoras, que registram todos os casos que são encaminhados para a coordenação da escola. No Caderno de Ocorrência é descrito o tipo de acontecimento, a data, o nome completo do aluno, do professor, e a orientação dada pela direção da escola ao caso ou fato ocorrido, sendo que no ato do registro é solicitado que os alunos assinem – quando o ocorrido envolve estudantes — e quando envolvem professores e funcionários eles também devem assinar a feitura do registro.

Realizou-se a leitura de todos os registros do ano de 2019 para identificar indicadores presentes no documento relacionado à temática investigada. Durante o processo de leitura, identificou-se que atos de indisciplina e a questão da autoridade docente se apresentam com maior intensidade nos anos finais do Ensino Fundamental, nas turmas do 6º ao 9º ano.

Nessa etapa, foram destacadas as ocorrências relacionadas à questão da presente pesquisa, e ao final foram identificados alguns registros de casos de enfrentamento da autoridade docente e de indisciplina, as ações e a intensidade de cada caso, conforme consta no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Registro de casos identificados no Caderno de Ocorrências durante o ano de 2019



Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de. (2020)

A numeração à esquerda do gráfico corresponde ao número de ações identificadas na linha abaixo durante o ano de 2019. Constatou-se que os registros são diversos e as ações que se apresentam no cotidiano da escola, em muitos casos, vão sendo repetidas pelos mesmos estudantes, a exemplo de um estudante que persistia em não assistir às aulas das disciplinas de Matemática e de Geografia.

Esteve na coordenação o aluno Tom (nome fictício) do 8º ano, devido o aluno não estar assistindo as aulas. Conversei com os professores Girassol e Antúrio, sendo assim chegou-se à seguinte conclusão: o aluno Tom será suspenso dos jogos (Caderno de ocorrência da escola, 2019).

Ainda sobre esse mesmo aluno, identificou-se o seguinte registro:

O aluno Tom da turma do 8º ano está suspenso dos jogos devido ao comportamento em sala de aula. Conforme relatos dos professores é um aluno que não tem um bom desempenho em sala de aula. Não realiza as atividades propostas e a todo o momento o professor tem que chamar a sua atenção devida estar sempre com celular e alheio às tarefas. Quando liberado para tomar água ou for ao banheiro (*sic*) o mesmo não retorna. Em muitos momentos se recusa em adquirir aprendizagem já foi entrado em contato com o responsável, mas mesmo assim o aluno não demonstra nenhum interesse mudar de atitude. (Caderno de ocorrência, 2019).

Nesse caso específico, constatou-se que o aluno apenas não assistia às aulas de dois professores, e nas outras disciplinas, mesmo sem interesse e sem fazer as atividades, ele permanecia em sala de aula. Mesmo assim a punição foi suspendê-lo dos jogos (torneio de futsal realizado na escola), o que reforçou a atitude do estudante ao ser punido pelo seu comportamento desviante.

Compreende-se que certos tipos de punição aplicados aos alunos indisciplinados precisam ser debatidos no espaço escolar, porque algumas ações punitivas, como o caso de suspensões ou até de expulsões, podem acarretar graves consequências ao aluno.

Mais oportuno parecem ser os que se apresentam como consequências naturais da ação cometida, como, por exemplo, retenção em classe para realizar o trabalho que não foi feito, o afastamento momentâneo do lugar quando ocorreu perturbação da ordem, ou a reposição do objeto intencionalmente destruído. Os casos máximos de castigo, como expulsão da escola, só se podem explicar muito excepcionalmente, e como consequência de algum fato grave, mas ainda, assim, deve-se estar bem seguro de que tal decisão não provoque no aluno um mal irreparável (LUZURIAGA, 1996, p. 184-185).

Cabe ressaltar que casos, como o do aluno que não assistia à determinada disciplina, foram constatados em outras turmas também, com maior frequência nas turmas do 7º e 8º ano. Casos de alunos que não se dispõem a assistir aula de determinado professor pode estar relacionado à questão metodológica, pois o aluno pode não compreender as aulas do professor e isso causa desinteresse à medida que não consegue acompanhar a explicação. Neste sentido:

[...] a seleção dos conteúdos, a metodologia e avaliação muitas vezes não estão de acordo com a realidade e as expectativas dos alunos e não se apresentam como uma proposta democrática. Os alunos não conseguem entender para que aprender determinadas matérias que não fazem sentido algum para sua vida cotidiana. E, a forma como são transmitidas agrava ainda mais esse desinteresse, pois, os conteúdos, com raras exceções, são passados de maneiras fragmentada e desvinculada da realidade dos educandos. (OLIVEIRA, 2005, p. 68).

Desse modo, é importante que o professor tenha uma proposta pedagógica bem definida, pois como destaca Oliveira (2005), a falta de uma proposta pedagógica pode levar a indisciplina para a sala de aula, porque os alunos precisam entender o sentido do que está sendo trabalhado. Percebe-se, nesse cenário, que o professor precisa ser flexível, estar aberto a mudanças caso julgue necessário, para que esse aluno possa aprender e se interessar pelas suas aulas, compreendendo a importância dos conteúdos apresentados para sua aprendizagem, para seu crescimento, para sua vida.

Outro registro exposto no Caderno de Ocorrência foi o caso das conversas paralelas. Os professores reclamam que os alunos conversam sobre assuntos alheios ao contexto da sala de aula. Nesse aspecto, de acordo com os dados obtidos, as turmas do 6º ano foram as que mais receberam reclamações dos professores, porque atrapalham o

desenvolvimento da aula.

Os registros de alunos que se recusavam a fazer as atividades, não obedeciam às regras e não respeitavam os professores apareceram em todas as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Sobre a questão da falta de respeito com os professores, na maioria dos registros foi possível identificar, nas descrições de alguns professores, que o desrespeito está relacionado a xingamentos com palavras. Outro comportamento é a situação do aluno se retirar da sala de aula sem permissão, associado ao deboche, situações que retratam desafios à autoridade do professor em sala de aula.

Na leitura do Caderno de Ocorrência foi possível perceber que alunos que apresentavam ações e comportamentos definidos pelos professores como indisciplina, não se repetia com outros professores. Sobre isto Aquino (1998, p. 199-200) afirma:

é sempre bom lembrar que um mesmo aluno indisciplinado com um professor nem sempre é indisciplinado com os outros. Sua indisciplina, portanto, parece ser algo que desponta ou se acentua dependendo das circunstâncias, talvez devêssemos nos indagar mais sobre essas circunstâncias, e, por extensão, despersonalizar o nosso enfrentamento dos dilemas disciplinares.

Aquino(1998) traz o entendimento de que a disciplina não pode ser um pré-requisito para a ação pedagógica, e que a indisciplina é apenas um indicador que algo não vai bem.

Dessa forma, o professor pode direcionar sua prática pedagógica para uma proposta democrática, e, conseqüentemente, buscar estratégias para chamar a atenção do aluno para a aula, porque uma boa estratégia seria fazer com que o aluno participasse das decisões adotadas na construção das regras estabelecidas para o bom andamento das aulas. Isto porque o aluno precisa fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, sentir-se parte das tomadas de decisão, assim eles se sentirão valorizados e, em consequência, participarão mais das aulas, estreitando a relação com o professor e vice-versa.

4.1.2 Regimento Escolar: indisciplina e o princípio da igualdade

O Regimento Escolar da instituição pesquisada apresenta as normas para o funcionamento do espaço escolar. Esse documento é parte integrante do projeto político-pedagógico da escola, e através do Regimento Escolar são construídas e

normatizadas as atuações do grupo escolar. Cabe salientar que o Regimento Escolar que regulamenta o trabalho pedagógico e administrativo das escolas direciona-se às ações a serem desenvolvidas no espaço escolar.

O Regimento Escolar aqui analisado foi do ano de 2009, pois, conforme informação disponibilizada pela coordenação da escola, o referido documento estava em fase de atualização, por isso o documento concedido para a pesquisa foi o de 2009. Esse documento possui 58 páginas, com um total de duzentos e trinta e um artigos apresentados, elaborado pelos membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar juntamente com os demais segmentos da escola, em consonância com a Legislação Vigente, com o parecer aprovado no ano de 2009.

As regras contidas nesse Regimento Escolar são bem claras sobre a utilização do ambiente escolar:

Art.10 - A utilização do espaço da escola é organizada de acordo com a necessidade.

Art.12 - Em caso de danos ao patrimônio escolar fica o requerente responsável pela reposição do dano.

Esses artigos apresentam a responsabilidade e o cuidado que todos os envolvidos no espaço escolar devem ter com a instituição. Também no Regimento são informados os direitos e deveres e sanções aos alunos, mais precisamente nos artigos 34 e 41.

Art. 34- Ficam assegurados aos alunos as mais amplas liberdades de expressão e organização, para as quais a comunidade escolar deve concorrer ativamente, criando condições e oferecendo oportunidades e meios.

Conforme destaca o artigo 34, a comunidade escolar deve criar meios para que os alunos se expressem e se organizem, mas fica visível que essa é uma das deficiências da escola. E o fato de não ter ações voltadas para liberdades de expressão dos alunos seria uma possível causa de os mesmos apresentarem tantos comportamentos de indisciplina, talvez também porque os professores não reconhecem as manifestações de liberdade de expressão e classificam esses comportamentos como indisciplina. Os alunos, no cotidiano escolar, manifestam suas curiosidades e inquietudes, portanto, compete aos professores ficarem atentos a esses sinais e não classificar tudo como sendo rebeldia, ou ações de indisciplina, não se eximindo de propor limites quando houver necessidade. Conforme menciona Freire (2005, p. 25):

[...] o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. É neste sentido que o professor autoritário, que por isso mesmo afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso inquieto, tanto quanto o professor licencioso rompe com a radicalidade do ser humano—a de sua inconclusão assumida em que se enraíza a eticidade. É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.

Conforme o artigo 41, os alunos têm direito de participar da elaboração, da avaliação e do Projeto Pedagógico, inclusive na definição de normas disciplinares, e tomar conhecimento dos Projetos da escola.

Sabe-se que é muito importante que os alunos participem da elaboração do PPP da escola, como descreve o artigo 41. Esse caminho pode contribuir consideravelmente para a diminuição da indisciplina, pois se os alunos participassem e contribuíssem para a definição das normas disciplinares eles não teriam, a princípio, dificuldades de respeitá-las. Sob esse prisma, Gadotti (1994, p.2) chama a atenção para o fato de que:

[...] o aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito da sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida. Passamos muito tempo na escola, para sermos meros clientes dela. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

Em relação aos deveres dos alunos, o Regimento, em seu artigo 47, afirma que são deveres dos alunos conhecer, fazer conhecer e cumprir o regimento escolar, realizar com responsabilidade as atividades propostas por todas as disciplinas, ser pontual em relação aos horários das aulas, desligar o celular em sala de aula, entre outros.

O artigo 51 destaca os direitos e deveres dos pais e responsáveis, sendo que um dos deveres contidos nesse documento é de que os pais e responsáveis devem comparecer à escola sempre que solicitados, de modo a evitar o encaminhamento do filho (a) ao Conselho Tutelar do município.

O artigo 52 apresenta os direitos dos pais e responsáveis, sendo um deles o de opinar sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno, e poder posicionar-se criticamente sobre os conteúdos ministrados na escola. Assim sendo, a gestão escolar

deve promover ações que incentivem o envolvimento da família, cada um cumprindo seu papel na promoção de uma participação democrática, como destaca Libâneo (2004, p. 45):

os processos de gestão e administração da escola implicam uma ação coordenada da direção, coordenação pedagógica e professores, cada um cumprindo suas responsabilidades no conjunto da ação escolar. Os processos de participação democrática incluem não apenas o envolvimento coletivo na tomada de decisões, como também os meios de articulação da escola com órgãos da administração do sistema escolar e com as famílias.

Em relação aos docentes, em seu artigo 53, o Regimento ressalta que é dever do professor preocupar-se com a formação moral e intelectual dos alunos, ética, dentro do estabelecimento, compatível com o ato de educar, e replanejar suas ações a partir da dificuldade encontrada em sala de aula, dentre outros. Esse artigo ressalta a importância de o professor se preocupar com a formação moral e intelectual do aluno, sendo importante que conheça a realidade de sua turma e, se necessário, mudar seu planejamento. Dessa forma, entende-se que o professor deve colocar em prática o que consta no artigo 53, e quando for necessário poderá reinventar o ensino e seu trabalho pedagógico para conseguir atingir o objetivo almejado. Constata-se, então, a importância do papel do professor na formação dos alunos para exercer sua função com excelência, o que não é uma tarefa simples, por isso o professor precisa se qualificar constantemente. De acordo com Vasconcellos (2004, p.122-123):

[...] tarefa do professor é extremamente importante e complexa: deve estar preparado para exercê-la, ou melhor, considerando que a prática é dinâmica e aberta, e que o professor não se propõe a realizar uma atividade mecânica e repetitiva, deve estar constantemente se qualificando para exercê-la. Tal qualificação, portanto, não se dá necessariamente a priori: pode se dar antes (reflexão para a ação), durante (reflexão na ação) e após a prática (reflexão sobre a ação e sobre a reflexão para e na ação). Mesmo quem saiu dos melhores centros universitários sabe que não domina tudo o que a atividade educativa exige, tendo necessidade de aprimoramento contínuo.

Sobre os direitos dos docentes, no artigo 54 são apresentados vários, e um deles é de que o professor tem liberdade de formular questões e autoridade de julgamento nas avaliações dos componentes curriculares dentro das normas estabelecidas pela lei, pelo sistema de ensino e pelo regimento da instituição.

O regimento da escola explicita as normas que todos devem seguir, reforçando a aquisição das relações fraternais, sem a utilização de violência, agressividade e indisciplina contra qualquer pessoa ou o patrimônio da escola, para que haja paz,

organização, parceria e amizade, favorecendo a aprendizagem e boa convivência entre todos os envolvidos.

Dessa forma, compreende-se que é por meio do Regimento Escolar que a escola cria sua identidade, e, conseqüentemente, seus princípios, e define suas ações para cada item do ambiente escolar. Esse documento busca o fortalecimento das questões democráticas da escola, e sua elaboração deve ocorrer de forma coletiva, com a participação de todos os segmentos da escola, efetivando a sua autonomia. Entende-se que esse documento precisa se adequar à realidade escolar, por isso ele não pode ser um documento fixo, considerado pronto e acabado. Para isso, o Regimento pode, deve e precisa ser adequado, mudado, inovado, para que as situações de indisciplina não sejam cada vez mais acentuadas nesses espaços educativos.

4.1.3 Projeto Político-Pedagógico (PPP): organização do espaço escolar

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola investigada é do ano de 2019. Começa com a sua caracterização, seguida da contextualização histórica da escola. O Projeto Político-Pedagógico inclui informações sobre a fundação da escola, o modo de organização e funcionamento das extensões administrativas e pedagógicas, o quantitativo de servidores, de professores e de estudantes. Nele também está descrito o diagnóstico da realidade escolar.

Esse documento ressalta que os objetivos da aprendizagem são a base norteadora do trabalho pedagógico, considerando que o currículo extrapola o fazer pedagógico, e que o conhecimento na escola procura não trabalhar de forma superficial a realidade ou desvincular-se dela. Assim, busca cumprir seu papel de forma coletiva, contribuindo para o pleno desenvolvimento do educando para a cidadania e qualificação para o trabalho, construindo uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham igual sucesso. Esses aspectos são relevantes porque, segundo Vasconcellos (1995, p. 143), o projeto pedagógico

é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Sob esse âmbito, compreende-se a importância de a escola, em sua proposta pedagógica, ir além da ação de trabalhar os conhecimentos historicamente construídos, e trabalhar, no seu cotidiano, outros aspectos, por exemplo: as formas de convivência

entre as pessoas com respeito à diferença, a cultura escolar, o individualismo de cada aluno e seu desenvolvimento dentro do coletivo, as questões das diferenças de aprendizagem. Além disso, dividir a responsabilidade com todos os envolvidos no processo educativo, que passa a ser assumido de forma muito mais intensa pelos profissionais e pelos alunos, estabelecer parcerias com as famílias e caminhar para novas possibilidades dentro do espaço escolar.

Em relação ao diagnóstico de indicadores educacionais do PPP, são mencionadas algumas análises, por exemplo, a análise realizada pela escola sobre as normas de convivência: “A escola procura resolver todos os seus problemas na coletividade através de reuniões pedagógicas, com o conselho deliberativo da comunidade escolar e principalmente através do diálogo e proporcionando informações relacionadas às situações adversas que surgem no ambiente escolar” (PPP, 2019).

Sobre o tratamento dos conflitos, o PPP afirma: “A escola resolve com êxito os conflitos que surgem entre as pessoas no ambiente escolar com base no diálogo e na negociação, e os professores vem de forma satisfatória **Desenvolver atividades para que os alunos aprendam o dialogar e negociar**” (PPP, 2019).

Conforme o exposto observa-se que nessas duas questões sobre as normas de convivência e ação diante dos conflitos que são muito importantes para o ambiente educativo, o documento afirma que a escola precisa melhorar, pois nas duas questões expostas destaca-se a importância do diálogo entre seus atores, tanto da equipe escolar quanto do professor em relação à prática pedagógica em sala de aula, diretamente com os alunos.

Obviamente, é importante que esse aspecto seja explorado, pois, o que é o PPP? É um documento que orienta a rotina escolar, e estas orientações quando observadas, podem traçar caminhos para que os alunos desenvolvam autonomia e aprendam a dialogar e participar das tomadas de decisão. Acredita-se que se todos colocarem em prática o conteúdo do PPP isso poderá ser uma boa estratégia para resolver conflitos relacionados a diferentes aspectos da convivência no ambiente escolar, incluindo a indisciplina. No PPP consta que a escola procura sempre ações que favoreçam a boa relação com a comunidade, fazendo parcerias com as famílias, por meio de ações facilitadoras para o desenvolvimento do educando. Nele também se lê que a escola tem como objetivo principal o desenvolvimento do educando para a compreensão da cidadania, levando-a posicionar-se de maneira crítica, responsável e

construtiva nas diferentes situações sociais, que podem incentivá-los a desenvolver atitudes que os ajudem a aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com as práticas educativas que garantam qualidade social tão necessária no processo de educação escolar.

Concorda-se, a partir do exposto, que esse é realmente o caminho, e que o PPP é um documento que se volta para além das questões pedagógicas. Contudo, foi possível constatar uma contradição entre o que as fontes documentais expressam e o que de realmente ocorre na escola, pois se todas as normas expressas nos documentos oficiais fossem efetivadas na escola, muitos problemas de indisciplinas apresentados não existiriam como é o caso de o aluno não respeitar a autoridade do professor.

4.2 Entrevistas: autoridade e indisciplina escolar na concepção dos professores

As entrevistas foram realizadas no final do ano letivo de 2019 que ocorreu em janeiro do ano de 2020, com quatro professores. E, devido à pandemia, no mês de agosto de 2020 foram entrevistados os dois professores restantes, os quais participantes atuavam nos anos finais do Ensino Fundamental, turmas do 6º ao 9º ano.

A organização das informações coletadas nas entrevistas ocorreu a partir das questões apresentadas aos professores sujeitos da pesquisa, no decorrer da sua realização: relatar as ações, atitudes e comportamentos que eles, os professores, consideravam indisciplina e quais as ações adotadas para enfrentá-la; descrever a dinâmica da indisciplina (como ela ocorre); refletir sobre a afirmação de que a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina e discorrer sobre a autoridade docente diante da indisciplina escolar.

O procedimento adotado para a análise, a técnica da Análise de Conteúdo, está descrita na seção 2 desta dissertação.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2011, p. 37).

Nas respostas de cada um dos professores, sujeitos da pesquisa, depois da leitura flutuante de todas as respostas, por categoria, foram identificadas as Unidades de Registro e suas respectivas unidades de contexto:

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Esta pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema. (BARDIN, 2011, p. 137)

Com essa compreensão, essa técnica foi fundamental para esta etapa da pesquisa, direcionando-se para uma análise mais profunda, a partir da interpretação da unidade de registro.

4.2.1 Atitudes e comportamentos que os professores consideram indisciplina escolar

A primeira questão proposta na entrevista foi: qual(ais) a(s) ação(es) e comportamento(s) dos estudantes que os professores nominam e identificam como indisciplina. As respostas constam no Quadro 11.

Quadro 11–Unidade de registro e de contexto sobre as atitudes e comportamentos que os professores consideram indisciplina escolar

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	UNIDADE DE CONTEXTO(UC)
Conversas (4)	“[...]considero como indisciplina, a conversa/não o questionamento, a conversa paralela fora do contexto do diálogo do momento, a conversa paralela.” (ROSA, entrevista concedida em 22/01/2020.)
	“Eu considero conversas paralelas; [...] aí os alunos ficam conversando. Pra mim, é a pior indisciplina de tudo, pois eles não adquirem o conhecimento atrapalham o rendimento da aula, e atrapalham a explicação, então você tem três impactos, atrapalha o rendimento, atrapalha a aula e a explicação, entre si prejudica, pois eles não incorporam os conceitos, as aprendizagens por conta das conversas, então a conversa é a pior da indisciplina”. (GIRASSOL, entrevista concedida em 24/01/2020)
	“[...] são as conversas paralelas [...] se ele estiver fazendo algo que atrapalha eu considero, sim, indisciplina. O aluno vem para escola com intuito de estudar de prestar atenção, de aprender, então, se ele está fazendo qualquer coisa nesse sentido contrário, ele acaba não aprendendo, e atrapalhando os colegas que querem aprender.” (ANTÚRIO, entrevista concedida em. (27/01/2020)
	“Para mim indisciplina é quando o aluno não se envolve com atividades da sala e se interessa por brincadeiras, conversas paralelas.” (ORQUIDEA, entrevista concedida em 24/01/2020)

Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de. (2020).

Todos os professores participantes da pesquisa possuíam bastante experiência na área da educação, tendo contato diário com os alunos, e assim vivenciavam diversos

conflitos no ambiente escolar, dentre os quais a indisciplina. Conforme esclarece Parrat-Dayán (2008, p. 21), “a indisciplina pode se apresentar de diferentes formas, por exemplo, por meio de condutas como rejeitar a aprendizagem, faltar à aula, não levar os materiais escolares ou não fazer as tarefas”, incluindo as conversas durante a exposição de conteúdo.

Das seis respostas obtidas, quatro professores identificam as conversas em sala de aula como indisciplina. Segundo eles, são conversas fora do contexto das aulas, denominadas de conversas paralelas.

Conversa paralela é quando as pessoas, integrantes de um grupo, durante um diálogo, fogem do assunto principal, como é o caso na sala de aula, quando o professor está explicando o conteúdo. Nesse momento, alguns alunos começam a conversar sobre assuntos alheios ao contexto da aula, e, com isso, atrapalham a aula, tiram a atenção dos que querem ouvir e desconcentram o professor. Frente a isso, tem-se o seguinte questionamento: como o professor deve agir diante dessa situação? A conversa paralela pode ser considerada indisciplina?

De acordo com Parrat-Dayán (2008, p. 21), “os problemas de indisciplina traduzem-se de diferentes maneiras”, portanto, a conversa paralela pode ser sim considerada indisciplina que precisa ser interrompida pelo professor de alguma maneira, pois quando o aluno conversa o tempo todo, ele interrompe o professor, descumpra as regras estabelecidas, não se importa com seu aprendizado, nem com o aprendizado do seu colega, e isso se torna um grande problema para o professor.

Por outro lado, a conversa paralela pode ser um problema nas aulas, mas pode-se pensar que uma turma que não conversa pode ser pior para o processo de ensino-aprendizagem, pois quando existe conversa, há a presença do diálogo, ocorre troca de experiências, o que contribui para o relacionamento entre alunos e professor.

Entende-se a que a escola precisa buscar diferentes alternativas de intervenção para o enfrentamento da indisciplina em sala de aula. E não deve fazer de conta que o problema não existe ou agigantá-lo a ponto de discriminar o aluno, jogá-lo para fora da escola e não dimensionar as reais possibilidades, naquele ambiente, de atitudes avessas à aprendizagem que podem não estar no aluno, mas no professor. E Alves (2006, p. 19) se posiciona em relação às “atitudes avessas” do docente:

Alunos indisciplinados atormentam seus professores, e estes estão preocupados apenas em transmitir os conteúdos e não em formar o cidadão

para o futuro; e, por não terem condições de controlar as situações-problema que surgem na sala de aula, deixam a bagunça acontecer. Vivem ainda com a visão restrita de apenas querer o silêncio para que os conteúdos sejam transmitidos, como se a escola tivesse parado no tempo. Não incorporam em seu dia-a-dia as novas tecnologias e conteúdos a que os alunos têm tido acesso.

O professor é o “capitão do barco”, compete a ele a mediação do processo de ensino e aprendizagem. Para que isso ocorra é preciso ter o comando das ações em sala de aula, exercer fielmente o seu papel para evitar qualquer constrangimento do aluno, buscar a participação de todos, apesar de muitas situações não conseguirem resultados positivos de imediato e os alunos continuarem com as conversas paralelas durante as aulas. Mas o professor deve continuar tentando através do diálogo e da cooperação com a turma, pois, em alguns casos, os alunos precisam de incentivo no processo de aprendizagem, e sabe-se que isso não é uma tarefa fácil.

Contudo, o professor deve atuar como mediador do ensino, pois os alunos precisam aprender a pensar de forma reflexiva para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas para melhorar a capacidade do pensar, o que envolve a produção de conhecimento, argumentação e interpretação, entre outros fatores. Entende-se, nessa perspectiva, que a conversa paralela interfere no processo de aprendizagem, porque aprender requer atenção, concentração para poder realizar o trabalho intelectual

Conforme mencionam os entrevistados, as conversas paralelas são uma das formas de indisciplina que interfere diretamente no andamento das aulas e, principalmente, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que não aprendem por se envolverem em situações alheias ao contexto das aulas. Sobre isso, Oliveira (2005) enfatiza que a indisciplina é um problema tanto para o professor quanto para o aluno, que é prejudicado pelo seu comportamento indisciplinado.

Mediante as falas foi possível perceber ainda o quanto alguns professores não sabem distinguir indisciplina de outros comportamentos, entre os quais a incivilidade e a violência, como foi o caso da professora Begônia que, durante a entrevista, identificou a indisciplina escolar como sendo ações de *bullying*. Essas ações constituem diferentes tipos de violência que, normalmente, são ataques verbais psicológicos que humilham e até acabam produzindo agressões físicas em alunos na sala de aula, afirmou a professora.

Segundo a autora Parrat-Dayana (2008, p. 24), é preciso saber diferenciar a indisciplina da violência. “Ainda que em muitas ocasiões a violência social e a

indisciplina escolar apareçam associadas, elas não são sinônimas”. A violência e a indisciplina estão inclusas no dia a dia da sala de aula, isto é fato, e não podemos negar. Ambas se constituem um problema social, que repercute de diversas razões no espaço escolar, com isso entende-se que se a indisciplina não for tratada a tempo, as repetições de tais atos podem se agravar, gerando assim a violência.

Diante das falas dos professores foi possível constatar que todos, independente da disciplina que lecionam, enfrentam problemas de indisciplina em suas aulas, e isso é um fator preocupante segundo eles, pois interfere profundamente no processo de ensino e aprendizagem.

É conveniente ressaltar, ainda, que o problema da indisciplina não se restringe a uma determinada região, série, grau ou unidade escolar. Este problema apresenta-se em toda rede educacional e não é específica de uma determinada classe social, também não é um caso restrito ao nosso país: é um problema universal. (OLIVEIRA, 2005, p.21).

Entende-se que a indisciplina acontece em toda a rede educacional, portanto, pressupõe-se que suas diferenças estejam nas ações adotadas pelos docentes para enfrentá-la. Sobre isso, os professores participantes da pesquisa responderam que as ações adotadas por eles diante da indisciplina iniciam sempre com o diálogo, que, segundo eles, em muitos casos pode melhorar ou amenizar tais condutas, ao mostrar aos alunos o prejuízo que a indisciplina pode causar como relatou a professora Rosa:

primeiro eu costumo chamar a atenção falando o nome do aluno, quando é algo que eu considero um pouco mais grave, eu costumo chamar o aluno para fora da sala [...] chamar ele em particular, conversar com ele a respeito das ações dele que está atrapalhando, quando não resolve, eu costumo fazer uma chamada por escrito, coloco o aluno para assinar tudo que relatei, quando não resolve encaminho para a coordenação, para comunicar os pais. (Professora Rosa).

Entretanto, os professores ressaltaram que buscam, inicialmente, resolver as situações de indisciplina com aluno, e no caso de não resolver com a conversa, o aluno é encaminhado para a coordenação para que sejam tomadas outras medidas: comunicar os responsáveis, convocar os responsáveis para comparecer na escola para conversar com os professores, sendo que em algumas situações podem ocorrer até suspensões de alunos nas aulas.

A indisciplina é um problema para todos os envolvidos no processo educativo, inclusive para os pais. E quando a escola não consegue resolver diretamente com o aluno o problema dos comportamentos não aceitáveis para o ambiente educativo, automaticamente os responsáveis são acionados para tomarem conhecimento do

comportamento do seu filho. Constatou-se que a escola pesquisada sempre busca, junto às famílias, encontrar o melhor caminho para resolver o problema de indisciplina de seus filhos.

A indisciplina escolar também pode ser o resultado da metodologia do professor, com aulas que fogem da realidade do aluno, ou porque o aluno não compreende o sentido de tal conteúdo para sua vida. Ou ainda o professor que grita em sala de aula, ameaça os alunos, que promete determinada coisa e não cumpre, são fatores preocupantes, pois as aulas têm que ser dinâmicas, leves, sem pressão, em que a aprendizagem ocorra de forma natural, sem a presença de conflitos. Em relação ao contexto descrito, Alves (2006, p. 21) questiona:

Por que não utilizarmos dinâmicas em salas de aula com diferentes tipos de atividades reflexivas, conceituais e práticas experimentais que tornam mais significativo o processo educativo para os alunos? Porque, também, não utilizarmos nossos horários de trabalho pedagógico para, em grupo, discutirmos a respeito da indisciplina em sala de aula, trazendo à luz acontecimentos que todos veem, mas de alguma forma negligenciam e deixam passar sem maiores reflexões?

As questões citadas por Alves (2006) podem alcançar resultados positivos, contudo, essas reflexões não apareceram nas falas dos entrevistados como estratégia das ações adotadas por eles. Na tentativa de solucionar o problema da indisciplina escolar, alguns professores ressaltam que muitas das ações adotadas por eles não alcançam o resultado esperado, como afirma a professora Orquídea: “[...] quando não é atendida a gente toma uma atitude um pouco mais séria [...] quando o caso é muito grave convoca os pais para virem aqui na escola, mas nem sempre isso tem resultado”.

Para Freire (1996, p. 46), “outro saber indispensável à prática educativo-crítica é o de como lidaremos com a relação autoridade-liberdade, sempre tensa e que gera disciplina como indisciplina”. Dessa maneira, as escolas têm que buscar alternativas para trabalhar com ações que sejam significativas, por meio de uma proposta pedagógica fundada em uma educação crítica, instruindo seus alunos a pensar criticamente sobre a realidade social, pois essas questões são fundamentais para agir no espaço escolar, principalmente diante do problema da indisciplina escolar e de outros conflitos existentes.

Constata-se, portanto, que é grande o desafio dos educadores diante da indisciplina escolar, havendo a necessidade de o professor, em primeiro lugar, saber diferenciar a indisciplina escolar de outros conflitos para saber quais ações adotar,

sendo fundamental o professor conhecer a realidade da sua turma, para então definir um plano de ação que seja coerente diante de sua realidade. Um ponto importante é a questão de avaliar sua metodologia de aula, pois é recomendável que o professor seja flexível e aberto às mudanças necessárias para promover o aprendizado do aluno e também a sua satisfação profissional no ato de ensinar.

4.2.2 Dinâmica da indisciplina escolar

Na segunda questão da entrevista buscou-se obter a compreensão dos professores sobre como é a dinâmica da indisciplina que ocorre em sala de aula, como ela se apresenta no cotidiano escolar. Assim, após a análise das respostas obtidas dos participantes da pesquisa destacou-se, como unidade de registro, as ações de adaptação, de inquietação do corpo e do pensamento.

Quadro 12–Unidade de Registro e de contexto sobre a dinâmica da indisciplina escolar

UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Adaptação	“Existem turmas e turmas. E os alunos nunca são iguais, ela varia de turma para turma. [...] O 6º ano é a indisciplina da adaptação, né? o aluno está se adaptando a troca dos professores a todo o momento, também acho que há diversos fatores, a puberdade, a descoberta, assim é difícil pontuar. Há diversos fatores, mas o aluno do 6º ano [...] a questão da indisciplina, eles são bem inquietos, essa inquietude deles, eu falo, a inquietude da curiosidade também [...] mas a inquietude deles maior é de conversar, de se movimentar o tempo todo” (ROSA, entrevista concedida em 22/01/2020)
	“Falta de interesse, às vezes o aluno não se interessa pelos conceitos, ele geralmente não se interessa por nada. [...]A indisciplina se origina das seguintes formas: falta de interesse, falta de participação, conversas, esses aí são alguns fatores que influenciam na indisciplina” (GIRASSOL, entrevista concedida em 24/01/2020)
Inquietação do corpo e do pensamento	“[...] correm muito em sala de aula, os alunos querem brincar e durante as explicações eles não param quietos para prestar atenção”(ANTÚRIO, entrevista concedida em 27/01/2020)
	“Geralmente, a indisciplina ocorre por aqueles alunos que não conseguem desenvolver os conteúdos de sala, são aqueles alunos que tem problema com aprendizagem, então como eles ficam ociosos, aí sobratempo para chamar atenção e fazer brincadeiras. Aí, já começa a envolver a sala toda”. (ORQUIDEA, entrevista concedida em 24/01/2020)

Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de. (2020).

Na análise dessa questão ficou bem claro, nas respostas de quatro professores, quais os fatores que levam à prática de indisciplina: a adaptação e inquietação do corpo, do pensamento dos alunos. Em relação à adaptação foi possível constatar que os

professores se referem às turmas do sexto ano, como aparece na fala da professora Rosa. A turma do sexto ano ficou em evidência nessa questão da adaptação porque esses alunos passaram para uma nova etapa de ensino ao ingressarem no 6º ano. Conforme relatos dos professores, na etapa anterior, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o ensino é bem lúdico, geralmente não há troca de professores nas disciplinas, e somente um professor pedagogo se encarrega de trabalhar com todas as disciplinas daquela etapa.

Desse modo, alguns alunos apresentam dificuldades em prestar atenção nas aulas, como ressalta o professor Antúrio, em entrevista concedida em 27/01/2020:

[...] só que a indisciplina no 6º ano é maior, pois ele ainda não consegue adaptar ao ritmo que está sendo imposto agora, eles estão acostumados ainda com as brincadeiras, aqui tem um 6º ano que correm muito em sala de aula, os alunos querem brincar e durante as explicações eles não param quietos para prestar atenção, olham para o lado, ficam conversando, olham para o outro [...], isso atrapalha a aula.

Os professores afirmam que o aluno que é inquieto não se concentra nas aulas, pois a sua atenção e os seus pensamentos estão conectados com outras coisas, como diz a professora Rosa em entrevista concedida em 22/01/2020: “[...] a questão da indisciplina, eles são bem inquietos, essa inquietude deles, eu falo, a inquietude da curiosidade também [...] mas a inquietude deles maior é de conversar, de se movimentar o tempo todo”.

É um trabalho árduo para os professores, principalmente com os que atuam nas turmas do sexto ano, sobretudo no início do ano letivo, quando eles têm que trabalhar bastante a adaptação desses alunos para conseguir que se envolvam com as aulas. Nas outras turmas, também devem buscar envolver os alunos nas aulas para amenizar a inquietação (agitação) deles e conseguir dar continuidade ao trabalho no decorrer do ano, desta forma, o professor precisa conhecer seus alunos para ter clareza da realidade de cada um, trabalhar com regras de convivência na sala de aula para evitar possíveis conflitos entre os alunos. Orienta-se, então, que os professores tenham uma nova postura, na busca de construir uma realidade pautada no respeito e no diálogo, conforme sintetiza Araújo (1996, p. 232):

[...] enfrentar a indisciplina da vida, portanto exige dos profissionais da educação uma nova postura, democrática e dialógica, que entenda os alunos não mais como sujeitos subservientes ou como adversários que devem ser vencidos e dominados. O caminho é reconhecer os alunos como possíveis parceiros de uma caminhada política e humana que almejam a construção de uma sociedade mais justa, solidária e feliz. As relações na escola devem ser de respeito mútuo, a diversidade dos interesses pessoais e coletivos deve ser

valorizados, e a escola deve buscar construir uma realidade que atenda aos interesses da sociedade e de cada um de seus membros.

A questão de o professor trabalhar com o aluno real e não com o aluno dito ideal tem que ser levada em consideração sempre, e deve ser a primeira questão a ser observada em todo processo pedagógico. Para tanto, é fundamental que o professor conheça a sua turma, pois a indisciplina pode variar de turma para turma, por exemplo, a indisciplina apresentada na turma do sexto ano não é a mesma da turma do nono ano.

Ainda sobre a dinâmica da indisciplina escolar, as professoras Rosa do Deserto e Azaléia apontam como prática da indisciplina a falta de respeito, seja entre os alunos ou com os professores: “as principais atitudes dos alunos em relação ao comportamento da indisciplina é a falta de respeito. Acho que essa é a principal, faltar com respeito com professor, faltar com respeito com os colegas na sala”. (Azaléia, entrevista concedida em 29/09/2020). Essa falta de respeito, segundo as professoras, se deve à questão de quebrar as regras estabelecidas nas aulas, como aparece na fala da professora Azaléia. Azaléia afirma que divulga essas regras de convivência desde o primeiro dia de aula. É importante que essas regras não sejam quebradas pelos alunos e nem pelo professor.

Nessa perspectiva, concorda-se que as regras são importantes para o ambiente escolar, mas um ponto importante em todo esse processo a ser destacado é que essas regras têm que ser estabelecidas de comum acordo entre professor e alunos, conforme ressalta Parrat-Dayan (2012, p.58):

[...] para enfrentar o problema da autoridade na aula, o professor pode seguir um registro preventivo ou repressivo. No primeiro fará o uso de diferentes condutas, tais como repetir as regras de aula para que as crianças tenham sempre presentes as exigências pedidas, motivá-las, justificar as regras de ordem, fazer uma organização espacial da aula para distribuir as diferentes tarefas, delegar alguns dos seus poderes a um ou vários alunos etc. No caso em que seu registro seja repressivo, poderá elevar o tom de voz, vigiar constantemente as crianças, ameaça-las, castiga-las, sobrecarrega-las de trabalho etc.

Desse modo, é preciso ter o pleno entendimento de que se está lidando com crianças e adolescentes que, em muitas situações, têm dificuldade em compreender o que sentem ao expressar suas emoções, e não conseguem esclarecer ou resolver seus conflitos de forma coerente. Nessa direção, após analisar as falas dos participantes e a fundamentação teórica deste estudo, considera-se que uma prática a ser adquirida pela escola deveria ser: criar oportunidades para que os alunos participem — com liberdade, sem repressão ou medo de se posicionar sobre diferentes questões do espaço escolar, se expressando de maneira autônoma — de situações que envolvam buscar soluções para

determinados problemas de suposta indisciplina. Dessa forma, poder-se-á efetivar o que está posto no Regimento da escola, cujo artigo 34 reza: “ficam asseguradas aos alunos as mais amplas liberdades de expressão e organização”. E, ao mesmo tempo, fazer com que os alunos participem da construção das regras para o ambiente, conforme descrito no Regimento da escola em seu artigo 41: “os alunos têm direito de participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico, inclusive na definição de normas disciplinares, e tomar conhecimento dos Projetos da escola”. Considera-se, aqui, ser esta a melhor estratégia a ser utilizada, pois, além de cumprir as regras estabelecidas, os alunos poderão se sentir participantes de todo o processo. Desse modo, a aprendizagem poderá fluir conforme o almejado por toda a escola, pois essas atitudes incentivarão o interesse dos alunos e a sua participação nas aulas.

4.2.3 Autoridade: premissa para o enfrentamento da indisciplina escolar

Nessa questão, o objetivo era identificar a opinião dos professores sobre o enfrentamento da indisciplina escolar e sua possível premissa em relação à autoridade docente.

Quadro13- Unidade de registro e de contexto sobre autoridade docente no enfrentamento da indisciplina escolar

UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Imposição	“os alunos querem intimidar o professor a todo o momento, principalmente quando o aluno observa a insegurança do professor [...]” (ROSA, entrevista concedida em 22/01/2020)
Autoritarismo	“o professor tem que ter autoridade, autonomia e segurança, se ele se sente inseguro em sala de aula os alunos sentam, puxam o tapete mesmo, eu sou muito flexível, tem dias que eu estou duro tem dia que estou mais tranquilo com eles. Eu acho que a sala de aula é isso, a sala de aula é muito diversa, você não pode ter todos esses momentos de rigidez com os alunos, porque eles acabam não se identificando com a disciplina. Eles acabam tendo certa resistência certa falta de interesse, e mesmo tendo essa flexibilidade, têm alunos que não se interessam pelo o conteúdo, não se interessam com as atividades práticas”. (GIRASSOL, entrevista concedida em 24/01/2020)
	“A autoridade é necessária, até quando se trata do autoritarismo às vezes com alguns alunos é necessária [...] muitas vezes é preciso usar o autoritarismo com alguns alunos, para impor algumas coisas, senão você não consegue. [...] o aluno tendo conhecimento que o professor é autoridade ali, ele vai frear um pouquinho da indisciplina dele. o professor se impõe, mas, a gente sabe também que têm professores que não exerce essa autoridade, então, deixa a coisa correr solta [...] para o

	enfrentamento da indisciplina, acho que ela é necessária”. (ORQUIDEA, entrevista concedida em 24/01/2020)
	“Eu acredito que sim, em muitos casos, não em todos, mas em muitos casos sim. O aluno se sente às vezes intimidado, que seria às vezes ele se sente assim, não que o professor faça isso com ele na sala, mas ele sente que o professor enquanto autoridade na sala, na cabeça do aluno talvez ele pense que o professor é um indivíduo que está lutando contra ele, que é um inimigo dele, aí ele pode ver essa autoridade do professor na sala como um desafio”. (AZALÉIA, entrevista concedida em 29/09/2020)
Flexível/Democrático	“Talvez a maneira de se enfrentar a indisciplina pode atrapalhar ou ajudar, na verdade o professor tem que estar preparado com certas disciplinas em sala de aula.” (ANTÚRIO, entrevista concedida em 27/01/2020)
Militarismo	“Sim, ocorre. A meu ver como professora, já há algum tempo, mas também não como docente, tem uns que tem autoridade que acontece como militarismo dentro da sala de aula, professor se impõe como autoridade máxima (BEGÔNIA, entrevista concedida em 05/08/2020)

Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de. (2020).

Foi possível identificar, nas falas dos seis entrevistados, a questão da imposição, do autoritarismo, do militarismo versus flexível/democrático, pois quando questionados se a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina, todos responderam que sim, que, segundo eles, em alguns casos há alunos que ficam todo tempo tentando chamar a atenção e até mesmo intimidando o professor. Alguns com a intenção de chamar a atenção exercem comportamentos negativos para o ambiente escolar, sendo considerados alunos indisciplinados.

Os relatos dos professores testemunham que a questão disciplinar é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais quanto ao trabalho escolar. Segundo eles, o ensino teria como um de seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos, trazida em termos como: bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade etc. (AQUINO, 1996, p.40).

Essa citação de Aquino (1996) se assemelha aos relatos dos professores participantes desta pesquisa, no que tange ao cotidiano escolar perante a indisciplina apresentada pelos alunos, de que os professores precisam exercer a autoridade em sala de aula, conforme aparece na resposta do professor Girassol em entrevista concedida em 24/01/2020: “o professor tem que ter autoridade, autonomia e segurança, se ele se sente inseguro em sala de aula os alunos sentam, puxam o tapete mesmo, eu sou muito flexível, têm dias que eu estou duro, têm dias que estou mais tranquilo com eles”. Sobre

isso, Oliveira (2005, p. 75) afirma que:“assim como os professores, muitas vezes, não sabem como lidar com a indisciplina dos alunos, também, não têm clareza, na relação com eles, de quando termina a sua autoridade e começa o autoritarismo”.

Nos discursos dos professores constata-se que há alunos que tentam, em diversos momentos, intimidar os professores com comportamentos de indisciplina. É necessário ter autoridade para conduzir esses alunos, mas não se pode confundir autoridade com autoritarismo, pois o autoritarismo tem a ver com a imposição de ordem, ou seja, utilizar a coação para que os alunos obedeçam de qualquer forma.

No discurso do professor Girassol, acima exposto, na sua prática cotidiana há dias em que ele é mais duro com os alunos, dando a entender que há momentos em que ele é rígido, podendo ser até autoritário. Porém, também afirma que há situações em que ele é flexível em sua prática para obter o interesse dos alunos sobre o conteúdo, mas, mesmo assim, em muitos casos ele afirma que não obtém o resultado almejado. Já a professora Orquídea ressalta que em algumas situações o autoritarismo se faz necessário: “a autoridade é necessária, até quando se trata do autoritarismo, às vezes com alguns alunos é necessário [...] muitas vezes é preciso usar o autoritarismo com alguns alunos, para impor algumas coisas”. Segundo Orquídea, o professor só conseguirá impor alguma coisa em sala de aula por meio de ações autoritárias. Todavia, entende-se que as ações autoritárias não são a solução para nenhum tipo de relação, principalmente no ambiente escolar, pois

[...] a relação autoritária entre quem manda e quem obedece se assenta nem na razão comum nem no poder de quem manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado. (ARENDRT 2000, p. 129).

As respostas de alguns professores denotam a questão de o professor usar o autoritarismo e o militarismo em sala de aula, se referindo a uma hierarquia de alguém que está no poder e por isso deve ser obedecido em tudo, mas essa não deve ser a postura que o professor deva adotar em sua prática pedagógica, porque não se está formando soldados, mas cidadãos. Na sala de aula, o professor e o aluno não estão em uma competição de quem manda mais, por isso a relação entre professor e aluno não deve ser baseada em uma relação autoritária. O professor deve usar a autoridade com responsabilidade, para ter o controle e conduzir sua turma com métodos de aprendizagem que promovam a liberdade e a autonomia, por isso ele precisa ter clareza de sua função frente ao aluno para exercer a autoridade necessária. Sobre isso, Oliveira

(2011, p. 82) chama a atenção ao afirmar:

[...] o professor, muitas vezes, com receio de ser autoritário deixa de exercer a sua autoridade em sala de aula e, por isso, perde o controle da turma, levando-a à permissividade. É sabido que a criança, por si só, sem uma autoridade presente, dificilmente se disciplinará.

Em relação à educação, o professor é essencial nesse processo da vida escolar. Como menciona Arendt (2011, p. 239), a “qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo”. Sabendo-se que nesse processo da educação escolar surgem diversos desafios para ser enfrentados, o professor, em sua prática, tem que ser flexível em determinados momentos para continuar nessa missão de orientar o aluno.

O professor não pode enfrentar a indisciplina por meio da imposição, pois toda forma de imposição pode ser qualificada como autoritarismo. Assim, utilizar a autoridade em sala de aula não significa que o professor deva ser “durão” o tempo todo, podendo, sim, agir com autoridade, mas de forma afetuosa, disposto a ouvir seus alunos, dar atenção, com atitudes opostas ao professor autoritário que requer dos alunos somente aquilo que ele acredita ser o ideal para a sala de aula, não dando oportunidade para que o aluno questione e participe de todo o processo de aprendizagem de forma interativa.

4.2.4 Habilidades e competências na construção da autoridade docente para o enfrentamento da indisciplina escolar

Nessa última questão apresentada, no decorrer das entrevistas, pretendeu-se compreender quais as habilidades e competências que os professores utilizam para a construção da autoridade docente, visando ao enfrentamento da indisciplina escolar.

Quadro 14 – Unidade de Registro e de Contexto para a construção da autoridade docente para o enfrentamento da indisciplina escolar

UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Confiança	“Adquirir a confiança do aluno de que eu tenho capacidade. mostro para o aluno que estou aqui preparada para a profissão, que posso atender as demandas de aprendizagem deles, sim, que ninguém é perfeito, que eu vou ter sim minhas dificuldades, assim como eles tem a deles para tentar compreender a dinâmica de cada turma. E aí, existe essa relação de confiança, a questão da indisciplina diminui bastante, os alunos começam a respeitar a minha autoridade. [...] Os alunos começam a respeitar a minha autoridade quando eles percebem que eles começam a aprender[...]”(ROSA, entrevista concedida em 22/01/2020)

Equilíbrio emocional/ Diálogo	“Então, para mim a autoridade tem que ser articulada com o respeito com os alunos, você não pode falar certas expressões (ex. cala boca) você pode usar a autoridade com respeito, com equilíbrio emocional, você não pode explodir, você tem que ter todo controle.” (GIRASSOL, entrevista concedida em 24/01/2020)
	“Ter autoridade, mas deixar o aluno falar também, não deixar o aluno com dúvida, ter relação professor-aluno, é claro o aluno deve respeitar o professor, e o professor respeitar o aluno, pois tem professor que é muito estúpido, que não gosta que o aluno nem chegue perto dele, agente precisa ver que a criança precisa de carinho, de afeto, de amor, de diálogo, às vezes uma palavra já transforma uma criança, um abraço, então não deixamos de ter autoridade, mas não de uma forma militarizada”.(ROSA DO DESERTO, entrevista concedida em 22/01/2020)
Definição de regras	“[...] eu acho que se o professor já se impõe desde primeiro dia de aula, dizendo “aqui nós temos regras, na escola é diferente, na sala de aula enquanto eu estiver aqui é do jeito que eu conduzir.” Então, se ele[o professor] se impõe já nos primeiros momentos, o aluno já vai sabendo, depois continue com essa mesma postura, porque não adianta você dizer que você é autoridade, depois não exercer essa autoridade, então, você tem que colocar essa autoridade e exercer a autoridade, então deixando claro para o aluno isso [...]” (ORQUÍDEA, entrevista concedida em 24/01/2020)
	“[...]acredito que já no primeiro dia de aula algumas regrinhas devem ser firmadas na sala, devem ser combinadas, “Tudo combinado não custa caro” como diz o ditado, então algumas coisas deve ser combinada, que algumas regrinhas que não podem ser quebradas, básicas, para que eles alunos respeitem, o professor também deve respeitar essas regras. Se for necessário colocar lá no cantinho do quadro, as regrinhas não pode quebrar essas regrinhas, se não a aula não funciona[...]”(AZALÉIA, entrevista concedida em 29/09/2020)
Persuasão	“Ter o controle da turma, mas não ser muito autoritário, pois tem aluno que não gosta da autoridade. [...] Acho que essa autoridade deve ser dosada, mostrar autoridade com intuito de controle e domínio em sala de aula, com relação a indisciplina. [...]Tem que tomar cuidado com essa autoridade dentro da sala de aula.” (ANTÚRIO, entrevista concedida em 27/01/2020)

Fonte: SOUSA, Suele Aparecida Leite de. (2020).

Mediante as respostas dos professores foi possível elencar quatro categorias: confiança, equilíbrio emocional/diálogo, definição de regras e persuasão.

A professora Rosa destaca a importância da confiança na relação do professor com o aluno, e afirma que essa confiança o professor vai adquirir ao mostrar para os alunos a sua capacidade como docente no ato de ensinar. Rosa também considera que sendo sinceros uns com os outros, até mesmo ao dizer para os alunos que os professores podem, sim, apresentar algum tipo de dificuldade em alguns momentos, será possível

enfrentar a indisciplina em uma relação baseada na confiança, a qual contribuirá para que os alunos comecem a respeitar a autoridade do professor.

A categoria equilíbrio emocional/diálogo consta nas respostas do professor Girassol e da professora Rosa do Deserto. Para Girassol, o professor precisa ter um equilíbrio emocional diante de situações adversas que ocorrem no cotidiano da sala. Por exemplo, no enfrentamento da indisciplina o professor precisa saber conversar com os alunos, pois é ele quem deve ter o controle da sala de aula. O professor Girassol faz um alerta ao afirmar que o docente, em conversa com o aluno, não deve emitir certas expressões, por exemplo, “cala a boca”, de modo que a autoridade seja utilizada sempre com respeito.

Já a professora Rosa do Deserto ressalta, nessa mesma categoria, que o professor precisa ter autoridade, mas deixar o aluno se expressar, não deixá-lo com dúvidas, ter uma relação professor/aluno em que não somente o aluno tenha que respeitar o professor, mas o professor também respeite o aluno. Pois, afirma Rosa, o aluno precisa de carinho, de afeto e, acima de tudo, de amor e de diálogo. Para essa professora, a questão do diálogo é muito importante na construção da relação em sala de aula, às vezes somente uma palavra pode transformar o comportamento da criança. Como escreve Araújo (1999), sobre a autoridade fundada no diálogo e na confiança, buscando soluções para os conflitos de forma democrática:

Autoridade fundada em relações de respeito mútuo e no prestígio obtido a partir da competência não necessita ser autoritária. Esse professor ou professora consegue estabelecer relações baseadas no diálogo, na confiança e nutrir uma afetividade que permite que os conflitos cotidianos da escola sejam solucionados de maneira democrática. (ARAÚJO, 1999, p. 41).

A Unidade de Registro definição de regras foi encontrada nas respostas das professoras Orquídea e Azaléia, pois, para elas, na construção da autoridade docente, o professor precisa impor as regras para os alunos desde primeiro dia de aula. Por mais que as duas professoras estejam na mesma categoria pôde-se identificar posicionamentos diferentes para o mesmo assunto, sendo que a professora Orquídea foi bem incisiva na sua resposta ao afirmar: “[...] eu acho que se o professor já se impõe desde o primeiro dia de aula, dizendo ‘aqui nós temos regras, na escola é diferente, na sala de aula enquanto eu estiver aqui é do jeito que eu conduzir’”. Percebe-se na fala da professora Orquídea elementos de um discurso autoritário, quando ela afirma que a sala de aula tem que ser conduzida do jeito dela. Já a professora Azaléia ressalta que as

regras devem ser apresentadas para os alunos sob a forma de combinados, que é necessário lembrar os alunos desses combinados firmados no início do ano letivo. Contudo, ela reconhece a necessidade de o professor também cumprir as regras combinadas, e não somente os alunos. Em relação ao estabelecimento de regras, Parrat-Dayan (2008, p. 79), destaca:

as crianças precisam adquirir regras de condutas e valores. Essas regras são dadas pelos pais e pelos educadores. Quando as crianças são capazes de respeitar limites, é possível para elas, com ajuda de pais e professores, ir além desses limites. Ou seja, as crianças só podem ter novas regras quando conhecem e até chegaram a respeitar os limites oferecidos anteriormente.

Entende-se que as regras, as normas, são um fator fundamental para viver em sociedade, e na escola é fundamental para estabelecer uma disciplina em sala de aula. Como destaca Parrat-Dayan (2008), as crianças precisam adquirir regras, com a ajuda de pais e educadores. A autora ressalta, com muita propriedade, que se torna necessário estabelecer limite e encorajar as crianças, sem traumatizá-las, sem ser autoritário.

O professor Antúrio, ao falar sobre a persuasão, diz que o professor precisa ter o controle da sala, mas sem usar meios autoritários: “[...] o professor não deve ser autoritário, mandar em sala de aula, ele não pode deixar o aluno ter o controle, mas ele tem que [...] estar sob o controle da turma”. Para Antúrio, a autoridade do professor precisa ser equilibrada, mostrando o controle e o domínio em relação à indisciplina.

Compreende-se que todas as Unidades de Registro apresentadas nesta questão pelos professores são fundamentais quanto à construção da autoridade, de forma que o professor precisa adquirir cada uma delas com uma dosagem certa, não excluindo nenhuma, pois, de acordo com o referencial teórico utilizado nesta pesquisa, é necessário que o professor utilize a autoridade democrática em sala de aula. Também que adote, em sua prática pedagógica, atividades que os alunos aprendam a dialogar e a questionar, como defende o próprio PPP da escola, em relação ao tratamento de conflitos. Foi possível perceber, nas respostas dos professores, conforme exposto no Quadro 14, apenas um professor apontou o diálogo e a negociação como uma habilidade e competência que se deve possuir nesse enfrentamento. Com isso, percebe-se a importância dessa competência ser colocada em prática, pois é uma possibilidade de enfrentar e resolver conflitos relacionados a diferentes aspectos da convivência no ambiente escolar, incluindo a indisciplina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação teve-se o objetivo principal de compreender de que forma se constrói a relação entre a autoridade docente diante da indisciplina escolar, identificando e analisando a opinião dos professores em relação à autoridade docente e o enfrentamento da indisciplina em sala de aula.

No projeto encaminhado ao Comitê de Ética, a pesquisa seria desenvolvida utilizando três instrumentos para a coleta de dados: a análise documental, entrevista e a observação não participante. Cabe esclarecer que a observação não participante tinha como objetivo observar as ações, atitudes e comportamentos dos estudantes frente aos seis professores (três mencionados no Caderno de Registro e três não mencionados) e a reação dos professores frente às ações, atitudes e comportamentos dos estudantes. No entanto, esta etapa de coleta de dados não pode ser realizada devido à pandemia e às determinações do governo do estado de Mato Grosso que, em março de 2020, cancelou as atividades escolares presenciais.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram mantidos os outros dois instrumentos de coleta de dados que não foram afetados pela decisão da autoridade governamental: a análise documental, consultando o Caderno de Ocorrência, o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico e a entrevista com os seis professores dos anos finais do Ensino Fundamental. Todos os documentos foram conseguidos respeitando-se os protocolos de segurança, e as entrevistas foram agendadas com os professores via conferência ou presencial, sendo tomados os cuidados de distanciamento, proteção e higiene.

Diante da complexidade do campo educacional, da incerteza e dos riscos enfrentados a partir de crises nas relações sociais que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, reconhecer e restabelecer a autoridade consciente do professor se constitui uma possibilidade de amenizar os casos de indisciplina escolar. Nesse sentido, é importante estabelecer o diálogo, a conscientização e a participação de toda a comunidade educativa.

O professor desempenha um papel essencial no processo de ensino e aprendizagem, pois seu campo de atuação é a formação do ser humano, por isso no processo de formação é fundamental que os professores tenham experiências significativas com a prática em sala de aula. O professor aprende a profissão no

ambiente escolar, em contato com a realidade, vivendo novas experiências a cada dia, pois, que ação educativa exige desse profissional uma organização ordenada, assim sendo, o trabalho docente necessita ser planejado para atender as especificidades educacionais.

No cotidiano escolar são comuns acontecimentos que se resumem a conflitos, como a indisciplina escolar dos alunos e até atos de violência que, em consequência dessas situações desafiadoras, põem em questionamento a autoridade docente e geram um clima de insegurança entre os envolvidos no ambiente educativo. Frente a isso, as principais perguntas da pesquisa — A autoridade docente se constitui em premissa no enfrentamento da indisciplina em sala de aula? E de que modo se constrói a autoridade docente diante da indisciplina escolar? — foram respondidas.

Do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, a indisciplina atrapalha muito o andamento das aulas, e exercer a autoridade docente diante da indisciplina se torna um desafio, e, em muitas situações, os professores entrevistados acabam por utilizar ações autoritárias diante do comportamento dos estudantes, o que se torna um fator preocupante. Em relação ao entendimento dos professores sobre as ações de indisciplina presenciadas por eles no cotidiano escolar, e também constatadas no Caderno de Ocorrência, estas se resumiram a conversas paralelas, à falta de respeito, ao não assistir às aulas, não fazer as atividades propostas em sala de aula. Contudo, foi possível observar que alguns professores relacionaram a indisciplina a ações de incivilidade e violência.

A indisciplina na escola possui diversas causas: questões familiares, super proteção dos pais, carências sociais, relação social ou escolar, influências negativas de colegas, dentre outras. Cabe ressaltar que, em muitas situações, os atos de indisciplina estão sendo considerados atos de violência pelos agentes escolares, os quais, ao generalizar a indisciplina, promovem a percepção de que as escolas vivem o caos da violência escolar.

No decorrer da pesquisa constatou-se que, em determinados momentos, o termo autoridade é definido erroneamente, sendo relacionado ao autoritarismo. Nessa dissertação, os dois termos apareceram bem distintos em suas ações: a autoridade docente não deve utilizar quaisquer meios de coação, diferentemente do autoritarismo que utiliza os meios de coação, de dominação e de imposição para obter o respeito e o resultado desejado. Compreende-se que a autoridade em sala de aula se refere também

às regras estabelecidas para o desenvolvimento das aulas sem o uso de punição, pois a autoridade do professor será reconhecida pelo comprometimento profissional e pela sua competência no ato de propiciar a aprendizagem necessária para seus alunos.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível compreender que a autoridade docente deve ser construída pelo vínculo firmado entre professor e aluno em sala de aula, por ações marcadas pela ética, pelo respeito necessário às questões pedagógicas. Como destaca Aquino (1999), a autoridade se institui a partir de uma aliança entre o conhecimento e a experiência na condução da turma. Especialmente como afirma Arendt (2011), a autoridade é uma concessão do coletivo, é fruto da ação coletiva. A autoridade não se faz por qualidades pessoais, nem é propriedade individual, algo que se encontra na natureza de homens isolados e privilegiados. Ela se origina de maneira legítima, quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, nem humilhantes.

Na Escola Estadual Flor de Liz, encontrou-se o oposto. Nas falas de alguns professores notou-se que eles querem ter autoridade em sala de aula, sem tê-la conquistada entre seus alunos, pois, foi possível identificar, nas suas falas, ações de humilhação e de autoritarismo: retirando o aluno da sala de aula, até mesmo suspendendo alunos de atividades promovidas pela escola.

A leitura do Regimento Escolar permitiu que se conhecesse melhor as normativas da escola que parecem bem coerentes, mas muitas das regras contidas nesse documento não estão sendo cumpridas, talvez pelo fato de os professores não lerem o documento, e pela resistência de muitos deles em inovar sua metodologia. Entende-se e defende-se a importância da avaliação da prática dos docentes, que, em muitas situações, deve ser ressignificada para atender as especificidades de sua turma.

A presente pesquisa possibilitou identificar que a turma que mais manifesta indisciplina é a do 6º ano, e também a atuação dos professores que mais reclamam de indisciplina em suas aulas, e, em consequência, os que mais encaminharam alunos para a coordenação por motivo de indisciplina. Dentre as situações registradas está o fato de o aluno não querer assistir suas aulas ou não fazer as atividades, dentre outras ações registradas pelos professores que trabalham as disciplinas de matemática, inglês e geografia.

Os professores dessas disciplinas ressaltaram que os alunos não os respeitam como autoridade, e por mais que tentem chamar o aluno para conversar em particular,

em muitos casos não obtêm bons resultados, por isso encaminham esses alunos para a coordenação, para solicitarem a presença dos responsáveis de modo a informá-los sobre o comportamento dos seus filhos. Há certa resistência desses alunos em reconhecer a autoridade desses professores.

Diante das distintas ações de enfrentamento dos professores que reclamam e dos que não reclamam dos problemas, dos que manifestam experienciar a indisciplina em suas aulas, constata-se que todos os professores presenciam esse problema em suas aulas. Contudo, foi possível observar que a diferença entre eles é que os professores que não têm seus nomes no Caderno de Registro conseguem estabelecer o controle da aula, através do diálogo, diferentemente dos professores que reclamam que não conseguem ter o controle da situação diante da indisciplina.

Em relação à dinâmica da indisciplina, a adaptação e a inquietação do corpo, do pensamento dos alunos, a maioria dos professores da escola pesquisada atribui a responsabilidade desses comportamentos somente ao desinteresse desses alunos indisciplinados ao conteúdo, se ausentando de qualquer influência, não estando ciente de que a indisciplina pode ser evitada e controlada através de aulas interessantes que chamem a atenção dos alunos, ou seja, o aluno precisa entender a importância do conteúdo apresentado. Assim, é necessária a percepção dos professores diante da realidade da sua turma. Eles devem observar o que precisa ser mudado em suas aulas, o que deve ser evitado para estabelecer uma relação democrática com seus alunos para diminuir os atos de indisciplina.

Sobre a construção da relação entre a autoridade docente diante da indisciplina escolar, foram encontradas quatro categorias nas falas dos professores: confiança, equilíbrio emocional/diálogo, definição de regras e persuasão. Sendo assim, compreende-se que os professores reconhecem que precisam ter uma relação harmoniosa com seus alunos, por meio do respeito. Todavia, é possível perceber que há certa contradição nas falas dos professores, pois em outras respostas percebe-se que alguns professores querem obter o respeito utilizando ações coercitivas quando falam que eles têm autoridade e merecem o respeito.

Contudo, entende-se que, para ter autoridade, o professor deve dar o exemplo em sua prática pedagógica, pois um professor, para ser reconhecido como autoridade, precisa de perícia, habilidade e destreza no exercício de sua função, afirma Oliveira (2005). Do mesmo modo que o aluno deve ser disciplinado em suas ações, o professor

também deve ser disciplinado e cumprir seu ofício com perfeição, com comprometimento, conhecendo e respeitando as regras da escola.

Para o bom funcionamento das aulas é essencial que os professores saibam estabelecer limites e valorizar a disciplina, e para isso é necessária a presença de uma autoridade saudável, como ressalta a filósofa clássica Hannah Arendt (2011). A autoridade é uma responsabilidade que o educador tem em relação à criança. Desse modo, ajudar o aluno a potencializar seus recursos internos, valorizar qualquer possibilidade de esforço ou conquista, promover o diálogo e buscar ajuda externa, quando a situação demonstra sinais de agravamento, são algumas das ferramentas que o educador dispõe.

Diante disso, reafirma-se a importância do papel do professor frente a essas questões que envolvem os comportamentos dos alunos, pois se entende que a função do professor vai além de ensinar os conteúdos sistematizados. A indisciplina faz parte da rotina da escola, portanto, cabe aos profissionais da educação, especialmente aos professores, saberem conviver com essa problemática, evitar adotar qualquer tipo de atitude repressiva que constranja os alunos, pois eles precisam se sentir pertencentes ao espaço escolar. É importante também que o professor ouça o aluno e tente ajudá-lo quando for preciso.

Outro aspecto que deve ser evitado é rotular o aluno tido como problemático devido ao seu comportamento, pois a melhor forma de lidar com esses alunos é ter sensibilidade, incentivando-os, trabalhando a autoestima deles, ou seja, procurar meios para solucionar o problema, e não ficar reclamando, vendo o problema aumentar. Assim, é prudente ocupar o tempo da aula com atitudes e ações respeitadas para com os alunos, pois um problema que ocorre é que o professor, diante da indisciplina, ocupa a maior parte do tempo destinado ao processo de aprendizagem em sala de aula para chamar a atenção desses alunos.

A construção desta dissertação contribuiu de maneira positiva para meu entendimento sobre a relevância da autoridade docente e sua importância na constituição da autonomia dos alunos.

A questão da autoridade docente frente à indisciplina escolar precisa ser pensada por toda a gestão escolar, pois não é um problema que envolva somente o professor. A escola precisa ser organizada, ressignificar suas ações diante dos problemas pedagógicos, e ter uma estrutura física adequada, pois esta também é

fundamental para o ambiente escolar. A escola precisa ter sala de aula que atenda as especificidades do processo de aprendizagem, banheiro adequado, ambiente limpo, paredes pintadas, recursos pedagógicos que beneficiem tanto o aluno quanto o professor no processo de aprendizagem. O ambiente escolar precisa ser convidativo para a permanência nele. Por isso é importante que seja bonito, confortável, atraente, que convide o aluno a mergulhar no conhecimento e na ciência.

É preciso ter a compreensão de que a construção de um ambiente agradável, e de uma relação de respeito e confiança em sala de aula, vai depender muito da forma com que o professor age diante da sua turma, sua postura profissional. E a questão do comportamento dos alunos no ambiente escolar vai depender dos valores, da educação que recebem em casa, por isso essas duas instituições tão importantes para a sociedade, elas têm que ser parceiras nessa missão da educação.

Conclui-se que a autoridade do professor se baseia na relação em sala de aula, sendo que não existe um manual de instrução para auxiliar o docente em sua prática, que mostre o que ele deve ou não fazer. Entretanto, se o professor puser em prática uma autoridade coerente com seus princípios, sem ser autoritário, conseguirá transformar um ambiente de conflitos em um ambiente organizado, e a boa relação entre o educador e os alunos se tornará fundamental, pois, a melhor forma de resolver qualquer conflito é através do diálogo e da compreensão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas**: entre violências. Brasília: Unesco, 2005.
- ALBUQUERQUE, Luciana de Paula. **Indisciplina escolar**: um estudo sobre os sentidos e significados de professores e alunos. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16015>. Acesso em: 06/06/2019..
- ALVES, Cândida Maria Santos Daltro. **(In)Disciplina na escola**: cenas da complexidade de um cotidiano. Ilhéus, Ba: Editus, 2006
- AQUINO, Júlio Groppa (org). **Autoridade e Autonomia na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999
- AQUINO, JulioGroppa. **Indisciplina Na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 13ª ed., 1996.
- AQUINO, JulioGroppa. A Indisciplina e a Escola Atual. **Rev. Fac. Educ.** v.24 n.2 São Paulo jul./dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 05/05/2019.
- AQUINO, JulioGroppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 47, dezembro/1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n47/v1947a02.pdf> Acesso em: 05/07/2019.
- ARAÚJO, Ulisses f. de. Autoridade na escola. In: AQUINO, J.G. (org.). **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1999.
- _____. **Disciplina, Indisciplina e a complexidade do cotidiano Escolar**. In: OLIVEIRA, Marta k. (comp.) **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed.70. São Paulo: 2011.
- BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/>, cesso em: 12jul2019.
- BRASIL, LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, **Referenciais para formação de Professores / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília. A Secretaria, 2002.
- CARVALHO, Ademar de Lima; MANGIALARDO, Izelda Goreth dos Santos. **A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico**. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 55, p. 1-16, e8389, out./dez. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n55.8389>.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa**. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, Paulo. **Disciplina na escola**: autoridade versus autoritarismo. São Paulo: EPU, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e qualidade de ensino**. Belo Horizonte: Minascentro, 1994.

GATTI, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** /Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

GARCIA, Joe. **Indisciplina, incivilidade e cidadania na Escola**. In: CUNHA, J. L.; DANI, L. S. C. (Orgs.) *Escola, conflitos e violências*. Santa Maria, RS: UFSM, 2008. p. 61-74.

GHEDIN, Evandro, FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONÇALVES, Tânia. **Autoridade docente**: pensamento, responsabilidade e reconhecimento [doi:10.11606/T.48.2012.tde-23082012-100731]. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em Educação. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23082012-100731/pt-br.php>, acesso em:05/05/2019

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**, 5ª edição, Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa,2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZUIRAGA, Lorenzo. **Pedagogia**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1996.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Maria. de Andrade.; LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Adriana Dias de. **Autoridade docente no Ensino Médio: compassos e descompassos no contexto contemporâneo.** 2015. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3618>

OLIVEIRA, Maria Izete de. **Indisciplina escolar: determinações, consequências e ações.** Brasília: Líber Livro, 2005.

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola.** São Paulo: Contexto, 2008.

TAILLE, Yves de la. **Autoridade na escola.** In: AQUINO, Julio. Groppa. (org.). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas práticas.** São Paulo: Summus Editorial, 1999.

TIELLET, Maria do Horto Salles; COSTA, José Ferreira. **Brincadeiras que humilham: manifestações de incivilidade.** Relatório. 216f. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT. 2006.

TIELLET, Maria do Horto S.; SILVA, Maria Aparecida. A presença policial no cotidiano das escolas públicas. **Revista do Centro de Educação UFSM.** Educação, Santa Maria, v. 45, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao>, acesso em: 09/09/2020

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UGOLINI, Edna Miranda. **Autoridade docente no ensino fundamental: a escuta de atores de uma escola pública do Distrito Federal.** 2018. 149 f. Tese (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2513>.

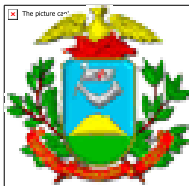
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad Editora, 2004.

_____. **Os desafios da indisciplina na sala de aula.** Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p227-252_c.pdf. Acesso em: 27 abr 2019.

_____. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo: Libertat, 1995.

YIN. Robert. K. Estudo de caso: **Planejamento e Métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO



ESTADO DE MATO GROSSO
 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
 ANEXO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AUTORIDADE DOCENTE E A INDISCIPLINA ESCOLAR

Pesquisador: suele aparecida leite de sousa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21568719.2.0000.5166

Instituição Proponente: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.692.242

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa na linha de pesquisa de "Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas", como requisito do processo de seleção de mestrado, nos termos do Edital n.º 001/2019 – PPGEDU – UNEMAT.

Objetivo da Pesquisa:

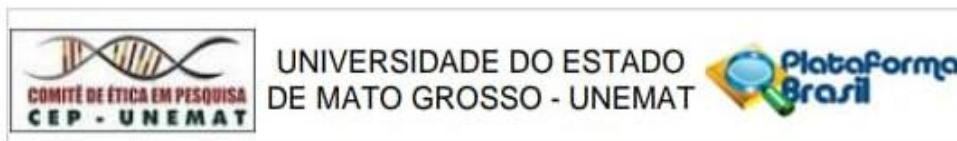
Objetivo Geral:

Saber se a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina.

Objetivos específicos:

- a) Descrever as ações, atitudes ou comportamentos que os docentes consideram indisciplina;
- b) Relacionar as ações das docentes frente aos atos por eles denominados de indisciplina;
- c) Identificar professores, disciplinas, o ano que mais manifestam experiência de indisciplina dos alunos;
- d) Estabelecer a distinção das ações de enfrentamento da indisciplina entre os professores que não reclamam dos problemas dos que manifestam experienciar em suas aulas;
- e) Conhecer a dinâmica da indisciplina descrita pelos professores;
- f) Compreender de que forma se constrói a relação entre a autoridade docente diante da indisciplina escolar.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavahada II
UF: MT **Município:** CACERES **CEP:** 78.200-000
Telefone: (65)3221-0067 **E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 3.692.242

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa em questão, conforme Resolução n. 510 de 07 de abril d 2016 do Conselho Nacional de Saúde, possui risco mínimo de dano material e imaterial como a saúde, [...] mas é possível ocorrer risco quanto a integridade moral, intelectual, social e cultural e até mesmo lesão aos direito dos sujeitos envolvidos pela característica ou pelos resultados do processo de pesquisa, e nesse sentido as ações de mitigação dos riscos constituem o uso do pseudônimo, combinar lugar para entrevista definido pelo sujeito, estabelecer contato pelo celular de modo que se estabeleça um contato

privado e sem despertar atenção dos colegas e mesmo dos estudantes com os quais travou conflito

Benefícios:

O benefício da pesquisa terá caráter público, dessa forma, os sujeitos, as instituições envolvidas e a sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa, rediscuti-los e propor novas reflexões acerca da função, papel e ações dos professores em relação a autoridade diante da indisciplina escolar papel e ações dos professores em ações de enfrentamentos a indisciplina no espaço escolar. Destacamos ainda que o benefício da pesquisa será social à medida que diagnosticaremos o modo que os professores percebem os seus alunos e compreende as ações no interior

das escolas, e posteriormente reflita sobre sua atuação profissional, o que servirá de apoio às reflexões da instituição envolvida. E quanto aos impactos científicos apontamos o conjunto de informações acerca das manifestações que ocorrem no contexto das escolas públicas que podem alimentar as políticas públicas tanto do ponto de vista educacional quanto da segurança.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cavalhada II

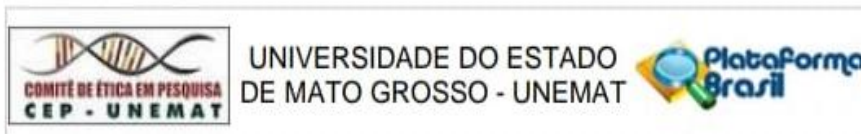
CEP: 78.200-000

UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 3.692.242

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

Todas as recomendações referentes ao TCLE, cronograma, riscos e benefícios foram aceitas e alteradas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1418968.pdf	24/10/2019 12:51:53		Aceito
Cronograma	2SUELECRONOGRAMA.docx	24/10/2019 11:58:18	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Outros	2oficioadequacoes.pdf	24/10/2019 11:56:18	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2SUELEPROJETO.docx	24/10/2019 11:54:59	suele aparecida leite de sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2TCLESUELE.pdf	24/10/2019 11:53:27	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Outros	instrumentos.docx	17/09/2019 11:01:43	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Outros	INSTITUICOES_ENVOLVIDAS.pdf	17/09/2019 11:01:01	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PESQUISADOR.PDF	17/09/2019 10:53:59	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Outros	oficio.PDF	17/09/2019 10:50:35	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Outros	NAOINICIOUAPESQUISA.PDF	17/09/2019 10:29:27	suele aparecida leite de sousa	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cavalhada II

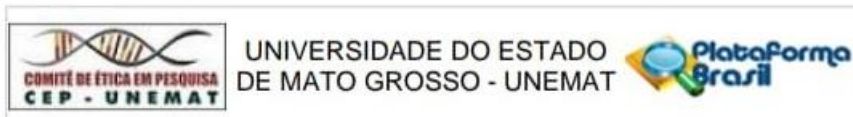
CEP: 78.200-000

UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 3.692.242

Orçamento	SUELEORCAMENTO.docx	17/09/2019 10:06:05	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestrutura.PDF	16/09/2019 11:25:15	suele aparecida leite de sousa	Aceito
Folha de Rosto	Suele.PDF	16/09/2019 11:13:29	suele aparecida leite de sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

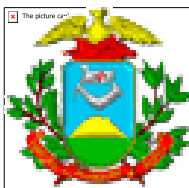
Não

CACERES, 07 de Novembro de 2019

Assinado por:
Vagner Ferreira do Nascimento
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada II **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)3221-0067 **E-mail:** cep@unemat.br

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: *Autoridade Docente e a Indisciplina Escolar.*

Responsável pela pesquisa: **Suele Aparecida Leite de Sousa.**

Endereço e telefone para contato: **Av: Tancredo Neves N° 32 Bairro: Res. Aeroporto, Cáceres-MT, telefone para contato: (65) 99921-3071 ou (65) 99637-0878**

Equipe de pesquisa: A pesquisa em pauta se apresenta como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sendo uma investigação individual não possui equipe, mas tem como orientadora a professora Dra. Maria do Horto Salles Tiellet, cujo contato pode ser pelo telefone (65) 3223-6465 ou no endereço: Centro de Pesquisa em Ciências Humana (CPECH), na Cidade Universitária, Bloco nº 01, sala nº 06, Cáceres/MT.

A pesquisa tem como objetivo saber se a autoridade docente é premissa de enfrentamento da indisciplina, para tal pretendemos realizar uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. A pesquisa terá a duração de dezoito (18) meses, com orçamento previsto de R\$ 3.408,00. O projeto conta com o apoio do Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado que disponibiliza gravadores, computadores, mobiliário e o espaço físico para a realização das atividades (estudos, reuniões, orientações), além do acervobibliográfico. A mesma se realizará em uma escola da rede pública estadual da

cidade de Cáceres-MT, tanto o local da pesquisa quanto a identidade dos sujeitos serão preservadas usando-se de pseudônimos, de modo a mitigar possíveis riscos.

Não haverá qualquer identificação dos sujeitos pesquisados, nem do local da pesquisa nos instrumentos de coleta de dados, nem no trabalho de dissertação. Ao término da pesquisa os dados serão descartados, ou melhor, os arquivos com as informações que podem identificar de alguma maneira os sujeitos serão deletados.

Os envolvidos nesta pesquisa terão o direito de se retirar da mesma em qualquer fase da pesquisa por motivos pessoais, culturais, sociais, morais, religiosos e éticos. Utilizar-se-á para a coleta de dados a observação não participante, fontes documentais e a entrevista estruturada com flexibilidade de modo que o sujeito entrevistado fale livremente. Serão sujeitos da pesquisa os professores efetivos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, cujo critério de escolha dos nomes constituem aqueles que tem nomes mencionados nos registros do Caderno de Ocorrência. Serão dois encontros agendados pessoalmente e pelo celular com os sujeitos. O primeiro para estabelecer um contato inicial, com o objetivo de explicar a finalidade do encontro, os objetivos e a importância da pesquisa, explicações sobre a entrevista, os cuidados adotados e por fim o convite a colaboração, a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e o agendamento da entrevista que ocorrerá em um segundo encontro quando ocorrerá a entrevista propriamente dita.

Para mitigar os riscos que podem cercar os sujeitos da pesquisa, a entrevista será realizada em um ambiente fora do espaço escolar em lugar, dia e hora a combinar, via celular, de modo a garantir o anonimato e diminuir o risco de deixá-los expostos e vulneráveis ao conhecimento de seus pares e até mesmo dos estudantes com os quais alunos tiveram algum conflito e assim se sentirem à vontade e seguros. A entrevista terá questões que constituirão o perfil dos professores e terá questões mais específicas organizadas em eixos temáticos - Autoridade Docente e Indisciplina Escolar, Formação e Prática. A pesquisa em questão, conforme Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, possui risco mínimo de dano material e imaterial como a saúde, mas é possível ocorrer risco quanto a integridade moral, intelectual, social e cultural e até mesmo lesão aos direitos dos sujeitos envolvidos pela característica ou pelos resultados do processo de pesquisa, e nesse sentido as ações de mitigação dos riscos constituem o uso do pseudônimo, combinar lugar para entrevista definido pelo sujeito, estabelecer contato pelo celular de modo que se estabeleça um contato privado e sem despertar atenção dos colegas e mesmo dos estudantes com os quais travou conflito. Muito menos ocorrerá tratamento que viole a dignidade humana, os direitos humanos nem sociais.

Além da cautela que de praxe pesquisadores tomam, e os acima descritos, pelas características e função que exercem os nossos sujeitos adotaremos maiores cuidados, de modo a preservar a privacidade, a imagem, a honra, a integridade física e psíquica dos professores não marcando entrevista no interior da escola pesquisada, mas em locais que os entrevistados se sintam à vontade, seguros, livres de qualquer coerção, intimidação ou pressão, sendo adotado por parte da pesquisadora cuidado/rigor/ética necessários para minimizar eventuais sinais de emoção, mal-estar, estresses ou

exposição. Assim independentemente de ser escolhido pelo entrevistado a própria casa dele para dar entrevista, estará à disposição uma garrafa de água, para atendimento imediato em caso de alguma indisposição ou necessidade.

À medida que sujeitos possuem ritmo de trabalho que os expõem ao cansaço e ao limite físico e emocional, esses sinais podem surgir ao longo da entrevista o que pode provocar interrupção imediata da mesma. O recomeço estará a cargo do próprio entrevistado que será consultado se continuará a entrevista, ou marcará outro encontro ou ainda se desistirá, sendo essa a opção serão descartadas as informações prestadas até então. Quaisquer das manifestações e outras possíveis como – pedir para parar a entrevista, se negar a responder a pergunta –, por parte dos entrevistados serão respeitadas e mantida a devida ética para que não ocorra nenhum prejuízo aos participantes. Conta-se ainda com a possibilidade da negativa dos professores em qualquer fase da pesquisa, por motivos pessoais, culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.

E por fim, através dos procedimentos descritos e de outros que possam surgir durante o desenvolvimento do estudo pretende-se garantir que o material e os dados obtidos na pesquisa atendam exclusivamente a finalidade prevista no protocolo e de acordo com o consentimento do participante. O benefício da pesquisa terá caráter público, dessa forma, os sujeitos, as instituições envolvidas e a sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa, rediscuti-los e propor novas reflexões acerca da função, papel e ações dos professores em relação à autoridade diante da indisciplina escolar papel e ações dos professores em ações de enfrentamentos a indisciplina no espaço escolar.

Destacamos ainda que o benefício da pesquisa será social à medida que diagnosticaremos o modo que os professores percebem os seus alunos e compreende as ações no interior das escolas, e posteriormente reflita sobre sua atuação profissional, o que servirá de apoio às reflexões da instituição envolvida. E quanto aos impactos científicos apontamos o conjunto de informações acerca das manifestações que ocorrem no contexto das escolas públicas que podem alimentar as políticas públicas tanto do ponto de vista educacional quanto da segurança. O projeto conta com apoio do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Mato Grosso.

Local e data: _____

Nome _____

Endereço: _____

RG/ou CPF _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Responsável pela Pesquisa: _____
Suele Aparecida Leite de Sousa.